

2º CICLO DE ESTUDOS

MESTRADO EM ENSINO DE GEOGRAFIA NO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E NO ENSINO SECUNDÁRIO

Conhecimento e valorização do território de vivência de estudantes.

Estudo de caso sobre o ‘litoral’ da cidade do Porto.

Raquel Sofia Carneiro Garcia Cardoso

M

2023



Raquel Sofia Carneiro Garcia Cardoso

Conhecimento e valorização do território de vivência de estudantes.

Estudo de caso sobre o 'litoral' da cidade do Porto

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientada pela Professora Doutora Laura Maria Pinheiro de Machado Soares.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2023

Raquel Sofia Carneiro Garcia Cardoso

Conhecimento e valorização do território de vivência de estudantes.

Estudo de caso sobre o 'litoral' da cidade do Porto

Relatório realizado realizada no âmbito do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientada pela Professora Doutora Laura Maria Pinheiro de Machado Soares.

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

Ao Pedro e ao João, as minhas fontes de motivação!

Sumário

Declaração de honra	4
Agradecimentos	5
Resumo.....	6
Abstract	7
Índice de Figuras	8
Índice de Tabelas.....	10
Índice de Gráficos.....	11
Lista de abreviaturas e siglas.....	12
Introdução.....	13
1.Enquadramento concetual: contexto normativo/legislativo do Sistema Educativo atual aplicado ao estudo de caso.	17
1.1. Nota prévia	17
1.2. Aprendizagens Essenciais de Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico	18
1.2.1. O conceito de ‘Aprendizagens Essenciais’	18
1.2.2. As Aprendizagens Essenciais de Geografia do 3º Ciclo do Ensino Básico.....	22
1.3. Temas e conceitos diretamente relacionados com o estudo de caso: ligação à Autonomia e Flexibilidade Curricular e à Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.....	26
2.Enquadramento institucional do caso de estudo	29
2.1. Síntese da história e enquadramento espacial da instituição.....	29
2.2. O Projeto educativo e o funcionamento do CNSL.....	32
3.Enquadramento metodológico	38
3.1. Breve nota explicativa	38
3.2. Metodologia: questionário aplicado e caracterização das turmas envolvidas no estudo... 40	
4.Estudo de caso: a faixa litoral e fluvial da Foz.....	44
4.1. Breve enquadramento histórico da ‘Foz’	44
4.2. A “Foz” atual – um (geo)recurso natural e cultural.....	50
4.2.1. O património natural	50
4.2.2. O património cultural	51
4.2.3. A “Foz”. Uma zona de lazer e de turismo balnear	61
5.Apresentação e análise de resultados	64

Considerações Finais	78
Referências Bibliográficas	81
Legislação	84
Anexos	86
Anexo 1 – Questionário aplicadon às turmas do 8º e 9º ano de escolaridade do CNSL	87

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 25 de Maio de 2023

Raquel Sofia Carneiro Garcia Cardoso

Agradecimentos

Em primeiro lugar, um profundo agradecimento à minha orientadora, Professora Doutora Laura Soares pelos ensinamentos, pelo entusiasmo com que me acompanhou ao longo deste trabalho, pelas suas palavras de incentivo e pelo rigor com que sempre me orientou. Será sempre uma referência, um exemplo a seguir no desempenho das minhas funções enquanto docente.

À Professora Doutora Elsa Pacheco pelo incentivo e por me ter dado oportunidade de chegar até aqui.

Ao meu supervisor de estágio, Professor Doutor Alberto Teixeira Gomes, por todas as críticas construtivas e reforços positivos.

Ao meu orientador cooperante, professor Fernando Moreira, do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, por ter acreditado em mim, pelo apoio e por todos os ensinamentos ao longo do ano de estágio.

Às minhas colegas de núcleo de estágio, Rafaela Machado e Teresa Sousa, pelo companheirismo, pela troca de ideias e apoio ao longo destes meses tão exigentes.

Aos meus pais, pelo apoio que sempre me deram.

Ao Pedro, por me ter apoiado na realização deste sonho nesta fase da minha vida, por acreditar em mim, por estar sempre ao meu lado e nunca me deixar desistir!

Resumo

No atual quadro normativo do Sistema de Ensino, estão contemplados princípios que incitam a abordagem dos conteúdos de cada área do saber em associação com o território em que a escola e os alunos se inserem. Estes princípios visam tornar mais ‘significativos’ os conteúdos a lecionar, uma vez que colocam as crianças e jovens perante exemplos concretos que (re)conhecem no seu quotidiano.

Este estudo foi realizado com o objetivo de aferir o conhecimento e perceção que os estudantes têm sobre o espaço que os rodeia, designadamente no âmbito do património natural e histórico-cultural, incentivando-os a desenvolver um espírito de cidadania que potencia a preservação e divulgação desses recursos patrimoniais - no contexto de atividades associadas ao Turismo e Lazer -, promovendo, em simultâneo, uma compreensão mais efetiva dos conceitos definidos nas Aprendizagens Essenciais da disciplina de Geografia.

Integrado na nossa Prática de Ensino Supervisionada, o nosso estudo foi realizado com alunos do 8º e 9º anos de escolaridade de um estabelecimento de ensino privado do Porto – o Colégio Nossa Senhora de Lourdes -, que, maioritariamente, moram na área litoral do Porto, vulgarmente designada por ‘Foz’. A metodologia aplicada consistiu sobretudo na implementação de um inquérito por questionário a esses alunos, envolvendo perguntas relacionadas com o seu conhecimento e práticas de usufruto do espaço flúvio-marinho em causa.

As principais conclusões obtidas a partir da análise das respostas ao questionário aplicado, demonstram que os alunos não identificam claramente o património natural e cultural desta área, utilizando-a sobretudo numa perspetiva de lazer, mas manifestaram entusiasmo e melhor apreensão de conteúdos perante a utilização de exemplos que identificam no território que vivenciam.

Palavras-chave: Autonomia e Flexibilidade Curricular, Aprendizagens essenciais, Geografia, Litoral do Porto.

Abstract

In the current regulatory framework of the Education System, there are principles that encourage the approach of the contents of each area of knowledge in association with the territory in which the school and students are inserted. These principles aim to make the contents to be taught more 'meaningful', since they put children and young people in front of concrete examples that they (re)know in their daily lives.

This study was carried out in order to assess the knowledge and perception that students have about the space around them, particularly in the context of natural and historical-cultural heritage, encouraging them to develop a spirit of citizenship that promotes the preservation and dissemination of these heritage resources - in the context of activities associated with tourism and leisure - while promoting a more effective understanding of the concepts defined in the Essential Learning in the discipline of Geography.

Integrated in our Supervised Teaching Practice, our study was carried out with 8th and 9th grade students of a private school in Porto - Colégio Nossa Senhora de Lourdes -, who mostly live in the coastal area of Porto, commonly known as 'Foz'. The methodology applied consisted mainly in the implementation of a questionnaire survey to these students, involving questions related to their knowledge and practices of enjoying the fluvial-marine space in question.

The main conclusions obtained from the analysis of the answers to the applied questionnaire show that students do not clearly identify the natural and cultural heritage of this area, using it mainly in a leisure perspective, but they show enthusiasm and a better grasp of contents when using examples that they identify in the territory they live in.

Key-words: Autonomy and Curricular Flexibility, Essential Learning, Geography, Oporto Coast.

Índice de Figuras

FIGURA 1- ÁREAS DE COMPETÊNCIAS E CABEÇALHO DO QUADRO DE OPERACIONALIZAÇÃO DAS AE.....	19
FIGURA 2- TEMAS, SUBTEMAS E CONCEITOS ESPECÍFICOS INTERPRETADOS A PARTIR DOS TEXTOS DAS AE DE GEOGRAFIA, NOS 7º, 8º E 9º ANOS DE ESCOLARIDADE.....	25
FIGURA 3- ENQUADRAMENTO DA ANTIGA PROPRIEDADE DA FAMÍLIA KOPKE VAN ZELLER NA PLANTA DA CIDADE DO PORTO (A) E FOTOGRAFIA DA RUA RAINHA D. ESTEFÂNIA EM 1890.	31
FIGURA 4- LOCALIZAÇÃO DO CNSL (RUA RAINHA D. ESTEFÂNIA, UF DE LORDELO DO OURO E MASSARELOS)	32
FIGURA 5 - FOTOGRAFIAS ILUSTRATIVAS DOS TEMAS ‘RISCOS E CATÁSTROFES NATURAIS’ E ‘ALTERAÇÕES AO AMBIENTE NATURAL’, NA ÁREA EM ESTUDO. A E B. DESTROÇOS ASSOCIADOS À TEMPESTADE DE 1909, QUE PROVOCOU UMA DAS MAIORES CHEIAS DO RIO DOURO; C. GALGAMENTOS COSTEIROS NA ÁREA DA PRAIA DO OURIGO; D E E. TEMPESTADE DE 2014, PROVOCANDO A INUNDAÇÃO DA ÁREA MARGINAL JUNTO DO FORTE DE SÃO JOÃO BATISTA; F. VISTA AÉREA SOBRE A FÓZ DO DOURO, OBSERVANDO-SE OS NOVOS MOLHES E O ‘CABEDELÓ’.	41
FIGURA 6- PLANTA GEOGRÁFICA DA BARRA DA CIDADE DO PORTO: REPRODUÇÃO DE GRAVURA PUBLICADA EM 1789, REPRESENTADO O AREAL DO CABEDELÓ, A BARRA DO DOURO (COM EMBARCAÇÕES) E A POVOAÇÃO DE SÃO JOÃO DA FÓZ.	45
FIGURA 7- A ‘FÓZ VELHA’ E A ‘FÓZ NOVA’, NA CARTA TOPOGRÁFICA DA CIDADE DO PORTO DE TELLES FERREIRA, 1892.....	46
FIGURA 8- PRAIAS DO PORTO EM FINAIS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX. A. O BANHEIRO NA PRAIA DO OURIGO; c.1910; B. MOLHE DE CARREIROS, FINAIS DO SÉC. XIX. C. PRAIA DA LUZ, c.1920 (?). D. PRAIA DO OURIGO - BILHETE-POSTAL DE C.1900.....	48
FIGURA 9- A ‘FóZ’ DE 1892, EM TRANSPARÊNCIA SOBRE O QUADRO ATUAL.....	49
FIGURA 10- EXEMPLOS DE GEÓSSÍTIOS PRESENTES. A. MARMITA; B. GRANITO DO CASTELO DO QUEIJO; C. GNAISSES E ANFIBOLITOS DOBRADOS.....	51
FIGURA 11- LOCALIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL ENQUADRADO NA FRENTE FLUVIAL DAS FREGUESIAS DA FÓZ DO DOURO E LORDELO DO OURO.....	53
FIGURA 12- FORTE DE SÃO JOÃO DA FÓZ A. PLANTA DO FORTE; B. ALÇADO DO PROJETO DE ARQUITETURA. C. VISTA AÉREA DO FORTE.....	54
FIGURA 13- ELEMENTOS PATRIMONIAIS SITUADOS ENTRE O FORTE DE SÃO JOÃO BAPTISTA E O FAROL DE S. MIGUEL O ANJO.	55
FIGURA 14- CONJUNTO DE INTERESSE PÚBLICO DA FÓZ VELHA.	58
FIGURA 15- PATRIMÓNIO DA SECÇÃO NORTE DA ÁREA EM ESTUDO: AVENIDAS BRASIL E MONTEVIDEU.	59

FIGURA 16- PLANTA DE DELIMITAÇÃO DO CONJUNTO DE INTERESSE PÚBLICO E PALACETES DA AVENIDA MONTEVIDEO.....	60
FIGURA 17- LOCALIZAÇÃO DAS PRAIAS REFERIDAS NO QUESTIONÁRIO.....	66
FIGURA 18- ENQUADRAMENTO DAS PRAIAS EM ESTUDO E RESPECTIVAS ÁREAS E CAPACIDADE DE CARGA.	69
FIGURA 19- EXEMPLO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS EXISTENTES NA PRAIA DO HOMEM DO LEME	71
FIGURA 20- 1. GALARDÃO ‘PRAIA ACESSÍVEL’ E BANDEIRA AZUL NA PRAIA DO CARNEIRO; 2. PAINEL INFORMATIVO (PRAIA DAS PASTORAS); 3. POSTO DE PRIMEIROS SOCORROS (PRAIA DE CARNEIRO); 4. RECIPIENTES DE RECOLHA DE SELETIVA DE RESÍDUOS (PRAIA DO CARNEIRO); 5. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS (PRAIA DO CARNEIRO); 6. POSTO SALVA-VIDAS E FAIXA DE ACESSO AO AREAL POR CADEIRA DE RODAS (PRAIA DO CARNEIRO).....	71
FIGURA 21- EXEMPLO DA INFORMAÇÃO RELATIVA À QUALIDADE DAS ÁGUAS PARA AS PRAIAS URBANAS DO PORTO, PARA A ÉPOCA BALNEAR DE 2022 E RESPETIVO HISTÓRICO.	74

Índice de Tabelas

TABELA 1 – PRINCÍPIOS EM QUE SE DEVE BASEAR A CONCEÇÃO DOS CURRÍCULOS E SISTEMAS EDUCATIVOS.	21
TABELA 2 – ÁREAS DE COMPETÊNCIA E RESPETIVOS CONTRIBUTOS DA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA.....	25
TABELA 3 –TEMAS DEFINIDOS NOS DOMÍNIOS DA ENEC, COM LIGAÇÃO ÀS AE DO 8º E 9º ANOS DE ESCOLARIDADE.	28
TABELA 4 – IDENTIFICAÇÃO DAS TURMAS, CARGA HORÁRIA E HORÁRIOS ATRIBUÍDOS.	36
TABELA 5 –TEMAS, SUBTEMAS E CONCEITOS DAS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS DO 8º E 9º ANOS DE ESCOLARIDADE, ASSOCIADOS AO NOSSO ESTUDO.	39
TABELA 6 – CARACTERIZAÇÃO DAS TURMAS DO 8º E 9º ANO.....	42

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1- TAXA DE RETENÇÃO OU DESISTÊNCIA DOS ALUNOS DA ESCOLA	35
GRÁFICO 2- PERCENTAGEM DE ALUNOS QUE CONCLUEM O 3º CICLO EM TRÊS ANOS	36
GRÁFICO 3- FREGUESIA E CONCELHO DE RESIDÊNCIA DOS ALUNOS	43
GRÁFICO 4- RESPOSTA À QUESTÃO ‘COSTUMA FREQUENTAR A ÁREA LITORAL DO PORTO?’, POR ANO DE ESCOLARIDADE.	64
GRÁFICO 5- RESPOSTA À QUESTÃO ‘COM QUE FREQUÊNCIA PRATICA AS SEGUINTE ATIVIDADES DE LAZER?’ ...	65
GRÁFICO 6- RESPOSTA ÀS QUESTÕES ‘INDIQUE, CONSIDERANDO O MAPA APRESENTADO, A(S) PRAIA(S) QUE CONHECE MELHOR’ (Nº 8) E ‘A(S) QUE UTILIZA PREFERENCIALMENTE’ (Nº11).	67
GRÁFICO 7- RESPOSTAS ÀS QUESTÕES ‘DURANTE OS MESES DE VERÃO COSTUMA FREQUENTAR AS PRAIAS?’ (A) E ‘SE RESPONDEU ‘SIM’ OU ‘POR VEZES’, INDIQUE COM QUE FREQUÊNCIA’ (B).	67
GRÁFICO 8- RESPOSTA À QUESTÃO ‘A(S) PRAIA(S) REFERIDA(S):’	70
GRÁFICO 9- RESPOSTA À QUESTÃO “QUANDO UTILIZA ESTAS PRAIAS, DURANTE OS MESES DE VERÃO, COSTUMA:”.	73
GRÁFICO 10- RESPOSTA À QUESTÃO “DO PATRIMÓNIO NATURAL E HISTÓRICO CULTURAL EXISTENTE NA ‘FAIXA LITORAL E FLUVIAL’ DAS FREGUESIAS ÁREA ENVOLVENTE DA FAIXA LITORAL E FLUVIAL QUE SE DESENVOLVE ENTRE A PRAIA DE MATOSINHOS E O VIADUTO DO CAIS DAS PEDRAS, ASSINALE O QUE CONHECE:”	75
GRÁFICO 11- RESPOSTA À QUESTÃO “ASSINALE O SEU GRAU DE CONCORDÂNCIA/DISCORDÂNCIA RELATIVAMENTE ÀS SEGUINTE AFIRMAÇÕES”	77

Lista de abreviaturas e siglas

AE	APRENDIZAGENS ESSENCIAIS
AFC	AUTONOMIA E FLEXIBILIDADE CURRICULAR
CMFD	COMPLEXO METAMÓRFICO DA FOZ DO DOURO
CNSL	COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES
CRAD	CONGREGAÇÃO DAS RELIGIOSAS DO AMOR DE DEUS
DRCNORTE	DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE
EB	ENSINO BÁSICO
ENEC	ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA
ES	ENSINO SECUNDÁRIO
FEE	FOUNDATION FOR ENVIRONMENTAL EDUCATION
FLUP	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
IIM	IMÓVEL DE INTERESSE MUNICIPAL
IIP	IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO
IPP	INICIAÇÃO À PRÁTICA PEDAGÓGICA
MEG	MESTRADO EM ENSINO DE GEOGRAFIA NO 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E NO ENSINO SECUNDÁRIO
OCDE	ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
ODS	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PASEO OBRIGATÓRIA	PERFIL DOS ALUNOS À SAÍDA DA ESCOLARIDADE
PES	PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA
PGFD	PASSEIO GEOLÓGICO DA FOZ DO DOURO
RE	RELATÓRIO DE ESTÁGIO
UF	UNIÃO DE FREGUESIAS
U. PORTO	UNIVERSIDADE DO PORTO
ZEP	ZONAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO

Introdução

O presente Relatório de Estágio (RE) foi concebido no âmbito da Unidade Curricular de Iniciação à Prática Profissional (IPP) do Mestrado de Ensino de Geografia no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (MEG), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), no ano letivo de 2021/2022.

Desenvolvido no contexto da Prática de Ensino Supervisionada (PES), este estudo envolveu seis turmas do 8º e 9º ano de escolaridade do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (CNSL), tendo como objetivo principal analisar o conhecimento e valorização territorial dos estudantes sobre o litoral da cidade do Porto, com base nas suas práticas de usufruto do património natural e histórico-cultural enquanto ‘recursos integrados de desenvolvimento endógeno’, numa ótica que potencia a sua preservação e divulgação no contexto do Turismo e Lazer.

A escolha deste tema, foi despertada pelo facto de termos verificado, durante as aulas lecionadas a estes estudantes, que, frequentemente, não conheciam locais da cidade onde estudam e, a maioria deles, reside. Nesse sentido, pareceu-nos que o espaço urbano da orla marítima da cidade do Porto, por ser uma área de fácil acessibilidade, com características ambientais e socio-culturais específicas e muito frequentada pela população, poderia ser um ‘caso de estudo’ adequado ao nosso público-alvo.

Com efeito, o litoral da cidade do Porto, designadamente a área situada entre o Molhe Sul do Porto de Leixões e o Molhe Norte da Barra do Douro, abrange, para além de um grupo de praias urbanas que convidam a práticas de Turismo Balnear, uma série de locais emblemáticos que permitem conhecer a Geografia e História evolutiva da sua ocupação. E estendendo esta área até ao Cais das Pedras, percorrendo parte da margem direita do estuário do Douro num percurso situado na proximidade do Colégio de Nossa Senhora de Lourdes, os estudantes desta instituição têm, neste território, ‘uma janela espaço-temporal’ que lhes permite explorar parte do património natural e cultural situado na ‘faixa’ litoral e fluvial das freguesias que, desde Matosinhos, se estendem até à União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Ou seja, tendo em conta os temas e conceitos que integram as Aprendizagens Essenciais (AE) da disciplina de Geografia dos dois anos de escolaridade com que trabalhamos, procuramos tornar mais ‘significativos’ os conteúdos a lecionar, demonstrando aos alunos que estes (conteúdos) estão sempre presentes na sua área de vivência (escolar e/ou residencial) e no seu quotidiano. E esta constatação encontra-se formalizada no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO), salientando-se, ao nível das implicações pedagógicas derivadas da sua aplicação, que os docentes devem “(...) abordar os conteúdos de cada área do saber, associando-os a situações e problemas presentes no quotidiano da vida do aluno ou presentes no meio sociocultural e geográfico em que se insere (...)” (d’Oliveira Martins et al., 2017, p. 31).

Mas se a proximidade do CNSL ao litoral do Porto justifica parcialmente a escolha desta área - que, em termos curriculares, poderia ser escolhida para abordar vários dos temas das AE do 8º e 9º ano de escolaridade da disciplina de Geografia -, adicionalmente consideramos importante associar os conhecimentos derivados da nossa prática profissional ao trabalho a desenvolver. Na verdade, a nossa atividade relacionada com a atribuição do galardão Bandeira Azul, permitia-nos estabelecer ligações com a Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, dois dos domínios da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) – outro dos documentos normativos que, conjuntamente com o PASEO e o Decretos-Lei nº 54 e 55 de 2018 estabelecem as bases do Sistema Educativo atual -, integrando aprendizagens que apelam a “(...) um conjunto de direitos e deveres que devem estar presentes na formação cidadã das crianças e dos jovens portugueses, para que no futuro sejam adultos e adultas com uma conduta cívica” (Monteiro et al., 2017, p. 1).

Saliente-se ainda, como elemento de ‘inspiração’ do tema em causa, o projeto PROM@TT, desenvolvido pelo MEG desde o ano letivo 2015/2016, com o objetivo de

(...) contribuir a que los alumnos piensen críticamente el espacio y se transformen en ciudadanos activos y emprendedores, partiendo de la explotación de su territorio de vivencia y aprendiendo a valorar el patrimonio natural y sociocultural - es decir, el patrimonio encarado en una perspectiva integrada, que designamos como patrimonio geocultural (Soares et al., 2018, p.1)

Foi todo este contexto ‘inspirador’, que nos ajudou a selecionar os temas das AE que, em associação com o objetivo do nosso RE, podiam ser explorados e exemplificados na área de estudo selecionada, na sua relação com os domínios da Educação para a Cidadania.

Para concretizar o nosso propósito principal, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- enquadrar concetualmente o estudo a desenvolver, no contexto normativo do sistema educativo atual;
- caraterizar a área em estudo, focando os aspetos mais relevantes do seu património natural e histórico-cultural, enquanto recursos de desenvolvimento territorial a divulgar e preservar, no contexto do Turismo e Lazer;
- perceber a relação que os estudantes têm com o espaço urbano costeiro da cidade onde estudam/vivem;
- compreender o envolvimento dos alunos com território em estudo, nomeadamente ao nível dos conhecimentos sobre o seu património natural e cultural.

Na concretização dos nossos objetivos, foi definida uma metodologia de trabalho estruturada em várias etapas:

- 1) pesquisa e análise crítica de documentação normativa/legislativa relacionada com o sistema educativo atual;
- 2) pesquisa e revisão de bibliografia considerada central para responder aos objetivos da investigação, discutindo os principais temas associados ao estudo;
- 3) recolha de informação sobre o contexto geográfico e histórico do litoral da cidade do Porto, recorrendo a livros, artigos, imagens e fotografias antigas e recentes;
- (4) definição dos planos de aula relacionados com os temas, subtemas e conceitos a lecionar;
- 5) aplicação de um inquérito por questionário aos alunos das turmas do 8º e 9º ano do CNSL, desenvolvido no *Google Forms*, que incorpora uma série de questões centradas

no conhecimento do património natural e histórico-cultural da área referida, a partir das atividades que aí praticam;

6) análise, reflexão e discussão crítica dos resultados obtidos.

Face aos elementos expostos, estruturamos o nosso trabalho em cinco capítulos principais. O primeiro remete para o ‘enquadramento concetual’, visando contextualizar o nosso RE nas normativas que definem o Sistema Educativo, assim como definir e caraterizar os temas e conceitos das Aprendizagens Essenciais diretamente relacionados com o estudo de caso. O segundo capítulo, destina-se à caraterização do CNSL e, no terceiro, é apresentado o enquadramento metodológico. Seguidamente procede-se a uma breve apresentação das principais caraterísticas do litoral da cidade do Porto, centrada na sua evolução histórico-geográfica, com destaque para o Turismo Balnear e o património natural e cultural que marcam o seu perfil identitário. O quinto e último capítulo, consiste na apresentação e análise de toda a informação recolhida através dos questionários aplicados.

1. Enquadramento concetual: contexto normativo/legislativo do Sistema Educativo atual aplicado ao estudo de caso.

1.1. Nota prévia

Podemos considerar que, na atualidade, os documentos que norteiam o Sistema educativo em Portugal, não esquecendo a respetiva Lei de Bases (Lei n.º 46/86 de 14 de outubro), são:

- *O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (PASEO, Martins et al, 2017), que constitui a “(...) matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas no âmbito da escolaridade obrigatória, designadamente ao nível curricular, no planeamento, na realização e na avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem” (Despacho n.º 6478/2017 de 26 de julho), definindo os princípios, visão, valores e áreas de competência que devem nortear uma ‘Educação de Qualidade’, de acordo com o quarto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas (UN, 2018);
- Os Decretos-Lei n.º 54 e 55/2018 de 6 de julho que definem, respetivamente, “(...) os princípios e as normas que garantem a inclusão (...) de todos e de cada um dos alunos” e o “(...) o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens (...)” de forma a alcançar as competências previstas no PASEO;
- *A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*, (ENEC, Monteiro et al., 2017, p.3), que se assume “(...) como um espaço curricular privilegiado para o desenvolvimento de aprendizagens com impacto tridimensional na atitude cívica individual, no relacionamento interpessoal e no relacionamento social e intercultural” no contexto da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, em articulação com o PASEO;
- *A Autonomia e Flexibilidade Curricular*, na redação expressa pela Portaria 181/2019, de 11 de Junho, definindo “(...) os termos e as condições em que as escolas, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular, podem implementar uma gestão superior a 25

% das matrizes curriculares -base das ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário”;

- As *Aprendizagens Essenciais*, homologadas pelos Despachos n.º 6944-A/2018, de 19 de julho e 8476-A/2018 de 31 de agosto, constituindo o “(...) referencial de base às várias dimensões do desenvolvimento curricular”, posteriormente vertidas nos documentos disciplinares específicos que definem os temas, subtemas e conceitos que cada disciplina do Ensino Básico (EB) e Ensino Secundário (ES) deve abordar.

Não se pretende, neste RE, discutir todos estes documentos, até porque existem vários estudos e pareceres (para além dos textos normativos específicos) que sobre eles se debruçam de forma analítica e crítica (e.g. Santos e Leal, 2017; Almeida et al., 2018; Sá, 2019; Sousa e Ferreira, 2019; Pacheco e Maia, 2019; Santos e Leite, 2019).

No entanto, face aos objetivos do nosso estudo, consideramos importante refletir sobre as Aprendizagens Essenciais (AE), focando sobretudo as associadas ao 8º e 9º ano da disciplina de Geografia, assim como a Autonomia e Flexibilidade Curricular, embora não deixando de fazer referência à sua articulação com os restantes documentos normativos.

1.2. Aprendizagens Essenciais de Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico

1.2.1. O conceito de ‘Aprendizagens Essenciais’

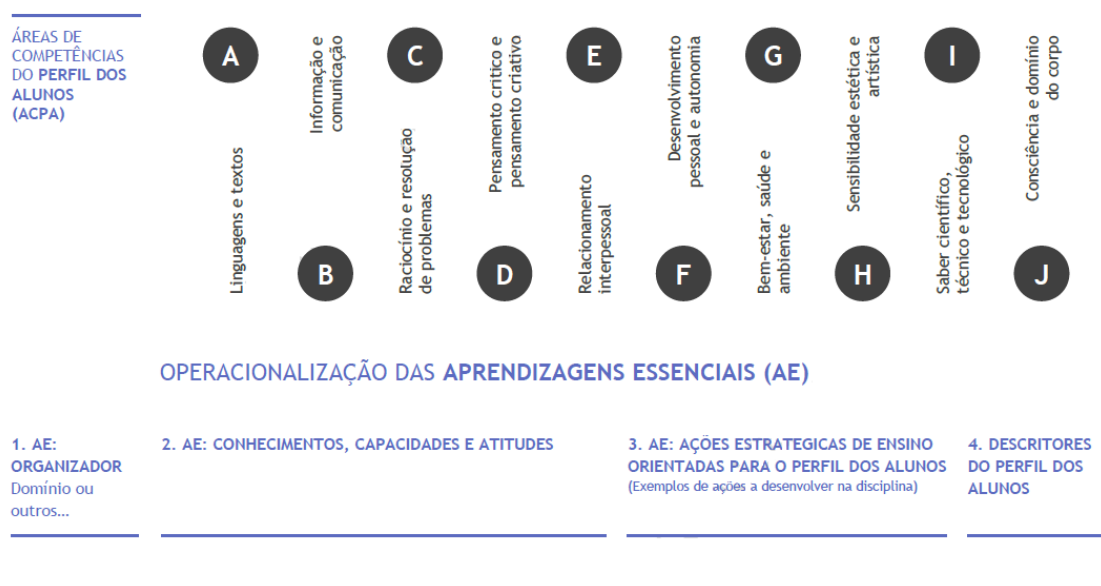
De acordo com a definição apresentada no Artigo 3º do Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho as AE correspondem ao

(...) conjunto comum de conhecimentos a adquirir, identificados como os conteúdos de conhecimento disciplinar estruturado, indispensáveis, articulados conceptualmente, relevantes e significativos, bem como de capacidades e atitudes a desenvolver obrigatoriamente por todos os alunos em cada área disciplinar ou disciplina, tendo, em regra, por referência o ano de escolaridade ou de formação.

Assim, para cada disciplina do EB e ES e respetivos anos de escolaridade, são disponibilizados, no *website* da Direção Geral de Educação e em formato .pdf, as AE

homologadas¹. Cada um dos documentos de orientação disciplinar, contempla, para além de uma introdução aos temas e áreas de competência - formalizadas no PASEO e para as quais contribui a disciplina/ano curricular em causa -, um quadro de ‘operacionalização’ das AE (figura 1), em que, para cada tema, são apresentados os ‘conhecimentos, capacidades e atitudes’ que o aluno deve desenvolver (‘ficar capaz de’), exemplos de ‘ações estratégicas de ensino’ que podem ser implementadas e os ‘descritores’ do Perfil dos Alunos, a que se seguem os ‘conceitos’ a abordar em cada tema e subtema.

Figura 1- Áreas de competências e cabeçalho do quadro de operacionalização das AE.



Fonte: Roldão, Peralta e Martins, 2017.

Ou seja, de acordo com Roldão, Peralta e Martins (2017, p. 8), as AE envolvem o que designam pela ‘tríade’ constituída por conhecimentos, capacidades e atitudes que devem ser adquiridos pelos alunos ao longo do seu percurso escolar, explicitando:

- (a) o que os alunos devem saber (os conteúdos de conhecimento disciplinar estruturado, indispensáveis, articulados concetualmente, relevantes e significativos),
- (b) os processos

¹. Disponível em <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-0>. Acesso a 05/06/2022

cognitivos que devem ativar para adquirir esse conhecimento (operações/ações necessárias para aprender) e (c) o saber fazer a ele associado (mostrar que aprendeu), numa dada disciplina - na sua especificidade e na articulação horizontal entre os conhecimentos de várias disciplinas -, num dado ano de escolaridade, integrados no ciclo respetivo e olhados na sua continuidade e articulação vertical.

No que diz respeito aos ‘conteúdos’, as autoras salientam que devem ser “(...) os indispensáveis para a construção significativa do conhecimento próprio de cada disciplina” (op. cit., ibidem), correspondendo ao que “(...) deve/pode ser aprendido por TODOS”, salientando que esse conhecimento “(...) é requerido pela própria sociedade – bases da legitimação social do currículo (...), embora com diversos níveis de consecução, que nunca dispensam a apropriação pelo aluno do essencial de cada AE” (op.cit., p.9).

Os aspetos focados indiciam a tendência expressa pela OCDE (2018), no âmbito do projeto *The future of education and skills. Education 2030*. Aqui se definem os princípios em que se deve basear a conceção dos currículos em termos dos conceitos, conteúdos e temas, bem como o próprio processo de ensino-aprendizagem, considerando a necessidade de promover mudanças curriculares e nos sistemas educativos, necessárias para acompanhar a ‘vertiginosa’ evolução do mundo em que vivemos (Tabela 1):

In the face of an increasingly volatile, uncertain, complex and ambiguous world, education can make the difference as to whether people embrace the challenges they are confronted with or whether they are defeated by them. And in an era characterised by a new explosion of scientific knowledge and a growing array of complex societal problems, it is appropriate that curricula should continue to evolve, perhaps in radical ways (OCDE, 2018, p.3).

Embora ‘currículo’ e ‘aprendizagens essenciais’ não constituam termos sinónimos, a verdade é que “(...) o currículo proporciona uma ordem por meio da regulação do conteúdo da aprendizagem e ensino [constituindo] uma construção útil para organizar aquilo do qual deve se ocupar a escolarização e aquilo que deverá ser aprendido” (Sacristán, 2013, p.19). Neste contexto, se o currículo também determina que conteúdos serão abordados, as AE constituem a “(...) orientação curricular de base, para efeitos de planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem, em cada ano de escolaridade ou de formação, componente de currículo, área disciplinar, disciplina ou UFCD” (nº 2 do Artigo 17º do Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho).

Tabela 1 – Princípios em que se deve basear a conceção dos currículos e sistemas educativos.

Conceitos, conteúdos e temas		Processo de ensino-aprendizagem	
Centrados no estudante	O currículo deve ser concebido em torno dos estudantes para os motivar e reconhecer os seus conhecimentos, aptidões, atitudes e valores prévios	Professores	Os professores devem estar habilitados a utilizar os seus conhecimentos profissionais, competências e experiência para abordar o currículo de forma eficaz.
Rigoroso	Os tópicos devem ser desafiantes e permitir um pensamento e reflexão profundos		
Enfoque	Deve ser introduzido um número relativamente pequeno de tópicos em cada nível de escolaridade, para assegurar a profundidade e qualidade da aprendizagem. Os tópicos podem sobrepor-se, para reforçar conceitos-chave.	Autenticidade	Os estudantes devem ser capazes de ligar as suas experiências de aprendizagem ao mundo real e perceber o propósito da sua aprendizagem. Isto exige uma aprendizagem interdisciplinar e colaborativa, a par do domínio dos conhecimentos da disciplina.
Coerência	Os tópicos devem ser sequenciais para reflectir a lógica da(s) respetiva(s) disciplina(s) académica(s), permitindo a progressão de conceitos básicos para conceitos mais avançados através dos níveis/idades.	Interrelação	Os alunos devem ter oportunidades de descobrir como um tópico ou conceito se pode ligar a outros tópicos ou conceitos intra e inter disciplinas, e com a vida real fora da escola.
Alinhamento	O currículo deve estar alinhado com as práticas de ensino e avaliação. Diferentes práticas de avaliação podem ser necessário para diferentes fins. Devem ser desenvolvidos novos métodos de avaliação que valorizem resultados e ações dos estudantes, que nem sempre podem ser medidos.	Flexibilidade	O conceito de "currículo" deve ser desenvolvido de "pré-determinado e estático" para "adaptável e dinâmico". As escolas e os professores devem ser capazes de actualizar e alinhar o currículo para reflectir as exigências de uma sociedade em evolução, bem como as necessidades individuais de aprendizagem.
Transferência	Deve ser dada maior prioridade aos conhecimentos, competências, atitudes e valores que podem ser aprendidos num contexto e transferidos para outros.		
Escolha	Deve ser oferecida aos estudantes uma gama diversificada de tópicos e opções de projectos, assim como a oportunidade de sugerir, com o necessário apoio, os seus próprios tópicos e projectos.	Envolvimento	Os professores, estudantes e outros intervenientes relevantes do processo de ensino-aprendizagem, devem ser envolvidos desde cedo no desenvolvimento do currículo, para assegurar a sua apropriação e implementação.

Fonte: Adaptado e traduzido de OCDE, 2018

Se atentarmos nos aspetos que Roldão, Peralta e Martins (2017) e a OCDE (2018) preconizam em termos do que poderão ser as AE, para cada disciplina e ano de escolaridade, verificamos, tal como expresso no *website* da Direção Geral da Educação², que estas aprendizagens não “(...) são os mínimos a atingir para a aprovação de um aluno, [mas sim] a base comum de referência (...)” para todos os alunos. Nesse sentido, conjugando todos os elementos anteriormente expressos, podemos construir uma definição ‘exaustiva’ do que podemos entender como AE, tal como defende Soares (2021, s/p):

As AE representam ‘conhecimentos estruturados, indispensáveis, articulados conceptualmente, relevantes e significativos’, considerados ‘indispensáveis para a construção significativa do conhecimento próprio de cada disciplina’, mas contemplando o que ‘deve/pode ser aprendido por todos’ e refletindo ‘as exigências de uma sociedade’ em constante evolução. ‘Devem ser desafiantes e permitir um pensamento e reflexão profundos’, pelo que é importante introduzir ‘um número relativamente pequeno de tópicos em cada nível de escolaridade’, assim como ‘devem ser sequenciais para reflectir a lógica da(s) respetiva(s) disciplina(s) académica(s), permitindo a progressão de

². <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais>. Acesso a 05-08-2022.

conceitos básicos para conceitos mais avançados. As AE têm, ainda, que permitir aos alunos ‘ligar as suas experiências de aprendizagem ao mundo real e perceber o propósito da sua aprendizagem’, o que implica ‘uma aprendizagem interdisciplinar e colaborativa, a par do domínio dos conhecimentos da disciplina.

Face a esta definição, poderíamos discutir o que se consideram conhecimentos ‘indispensáveis e próprios de cada disciplina’. E, neste contexto, talvez possamos associar as AE aos ‘conceitos liminares’ de cada domínio científico, tal como discutidos por Cachinho (2019) – embora aplicados ao Ensino Superior - e definidos por Meyer e Land (2003, p.1) como

(...) as akin to a portal, opening up a new and previously inaccessible way of thinking about something. It represents a transformed way of understanding, or interpreting, or viewing something without which the learner cannot progress. As a consequence of comprehending a threshold concept there may thus be a transformed internal view of subject matter, subject landscape, or even world view.

Mas esta discussão, por muito interessante e importante, não faz parte dos nossos objetivos... embora pudesse ser útil para discutir que AE deveriam ser consideradas na disciplina de Geografia do EB e ES.

1.2.2. As Aprendizagens Essenciais de Geografia do 3º Ciclo do Ensino Básico

Os documentos que definem as AE de Geografia do 3º ciclo do EB (2018), relativos ao 7º, 8º e 9º anos de escolaridade, contemplam um texto introdutório comum nas duas primeiras páginas, salientando que o desenvolvimento do ‘pensamento espacial’, alvo da ciência geográfica, deve permitir a aquisição de todo um “(...) conjunto de competências que compreende o conhecimento dos conceitos relacionados com o território, a utilização de ferramentas de representação dos fenómenos geográficos e o conjunto de processos explicativos das suas interações, numa visão multiescalar”. (ob.cit., p.1³). Ou seja, o ‘pensamento espacial’ deve centrar-se na análise da interrelação que se estabelece entre os fenómenos geográficos – ‘ambientais,

³ . Esta referência e as seguintes, correspondem aos documentos que expressam as AE de Geografia dos três anos de escolaridade do EB.

populacionais, sociais, culturais’ -, procurando definir as suas ‘causas e consequências multifacetadas’ a diversas escalas, mas de uma forma que “(...) problematiza, questiona e procura equacionar cenários e inventariar soluções para as complexas situações que ocorrem no Mundo “(idem, p.2).

Refere-se, ainda, que são muito variados os temas a abordar durante o 3º ciclo, “(...) desde as catástrofes naturais aos contrastes no desenvolvimento, passando pelas alterações climáticas, as migrações, o envelhecimento demográfico, a composição multipolar do sistema-Mundo, só para citar alguns”, privilegiando “(...) metodologias de análise espacial, desde as mais simples, como a observação direta e indireta dos elementos da paisagem, às mais complexas, de problematização dos contrastes espaciais num mundo cada vez mais globalizado” (ibidem). Mas a abordagem dos temas deve partir

(...) de um conceito ou de uma situação-problematizadora, [a que] se possam aplicar propostas metodológicas escolhidas pelo professor, tendo em consideração a especificidade da escola e dos alunos, que permitam uma articulação entre os três domínios do saber —o saber-saber, o saber-fazer e o saber-ser (ibidem, nosso sublinhado).

Estas citações parecem-nos importantes, porque não só fazem referência aos temas/conceitos a considerar, como implicitamente definem metodologias e estratégias educativas que devem preferencialmente ser utilizados. Efetivamente, ao referir-se que no final do 3º ciclo do EB “(...) o aluno deve ser capaz de problematizar o Mundo na sua multidimensionalidade e multiterritorialidade (...) resultantes da interação meio e sociedade, na atualidade e a diferentes escalas — desde o meio local ao mundial”, defende-se um processo de ensino aprendizagem que transforma os conteúdos em ‘problemas’, que podem ser exemplificados através de situações do quotidiano dos estudantes, sensibilizando-os “(...) para a necessidade de cuidarmos corretamente do nosso território” (AE – 9º ano Geografia, 2018, p.3-4).

Assim, a área de vivência dos alunos (escola e residência) pode ser transformada num ‘laboratório’ onde os temas das AE são explorados, fomentando uma aprendizagem significativa (porque baseada na interação entre conhecimentos prévios – subsunções - e novas informações ‘científicas’ estruturadas - Tavares, 2004), mediada por

metodologias ativas, expressas sobretudo na definição das ‘áreas de competência’ do PASEO e as ‘ações estratégicas de ensino’ a desenvolver no âmbito da educação geográfica (cf. figura 1).

Estes aspetos são sublinhados nas ‘áreas de competência’, similares para os 3 anos do 3º ciclo do EB. Verifica-se, pelos aspetos que realçamos a negrito na Tabela 2, que os contributos da educação geográfica apelam a ‘objetivos’ e metodologias/estratégias de ensino-aprendizagem construtivistas - como por exemplo a Aprendizagem Baseada em Problemas (Cachinho, 2011) ou Projetos (Kokotsaki, Menzies e Wiggins, 2016) -, com recurso a fontes de informação diversificadas (documentais e resultantes de trabalho de campo) e utilizando técnicas de representação que devem incorporar ‘as TIC e as TEG’, fomentando o trabalho em equipa sobre ‘problemas reais’ que podem partir do ‘espaço de pertença’ dos alunos.

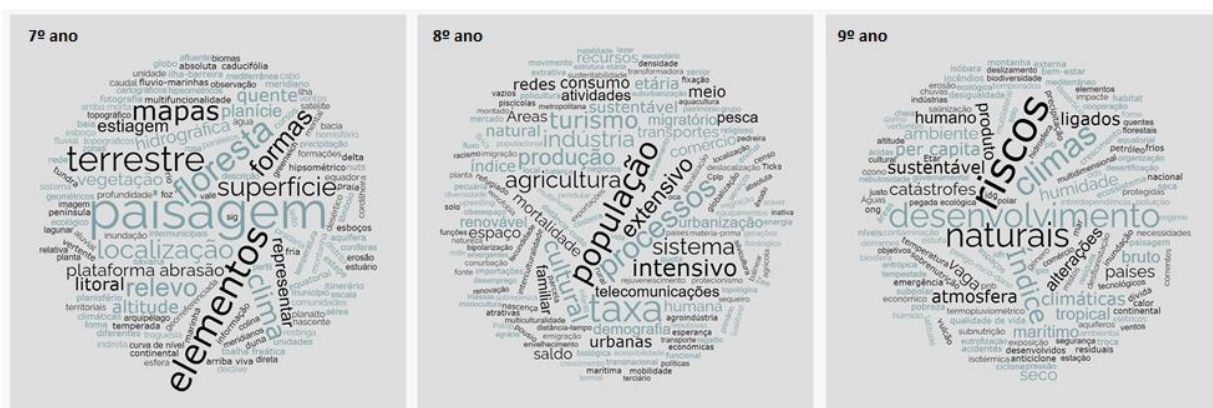
Relativamente aos conteúdos considerados na disciplina de Geografia do 3º ciclo do EB, as nuvens de palavras apresentadas na figura 2 – construídas a partir dos temas, subtemas e conceitos específicos que expressam as AE de cada ano de escolaridade – eles expressam, na nossa opinião, uma sequência de ‘conhecimentos’ que permitem aos estudantes apreender a ‘essência’ da disciplina. Se no 7º ano de escolaridade se dá maior destaque aos elementos da ‘paisagem’, numa perspetiva que apela sobretudo à localização e representação do ‘meio natural’, introduzindo conceitos associados ao clima, vegetação e formas de relevo, no 8º ano de escolaridade o ênfase centra-se na população e atividades económicas, para que no 9º ano, articulando a dinâmica e interligação dos processos naturais e humanos, os alunos consigam perceber os ‘contrastes de desenvolvimento’ socioeconómicos, culturais e ambientais, sensibilizando-os para os diferentes tipos de ‘riscos’ com que a sociedade atual se debate.

Tabela 2 – Áreas de competência e respectivos contributos da Educação Geográfica.

ÁREAS DE COMPETÊNCIA	CONTRIBUTO DA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA
LINGUAGENS E TEXTOS	Mobilizar diferentes fontes de informação geográfica na construção de respostas para os problemas investigados, incluindo mapas, diagramas, globos, fotografia aérea e TIG (Google Earth, Google Maps, Open Street Maps, GPS, SIG, Big Data, etc.).
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Recolher, tratar e interpretar informação geográfica e mobilizar a mesma na construção de respostas para os problemas estudados. Representar gráfica, cartográfica e estatisticamente a informação geográfica.
RACIOCÍNIO E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS	Investigar problemas ambientais e sociais, ancorado em questões geograficamente relevantes (o quê, onde, como, porquê e para quê). Representar gráfica, cartográfica e estatisticamente a informação geográfica, proveniente de trabalho de campo (observação direta) e diferentes fontes documentais (observação indireta) e sua mobilização na elaboração de respostas para os problemas estudados.
PENSAMENTO CRÍTICO E PENSAMENTO CRIATIVO	Aplicar o conhecimento geográfico, o pensamento espacial e as metodologias de estudo do território, de forma criativa, em trabalho de equipa, para argumentar, comunicar e intervir em problemas reais, a diferentes escalas.
RELACIONAMENTO INTERPESSOAL	Identificar-se com o seu espaço de pertença, valorizando a diversidade de relações que as diferentes comunidades e culturas estabelecem com os seus territórios, a várias escalas.
DESENVOLVIMENTO PESSOAL E AUTONOMIA	Realizar projetos, identificando problemas e colocando questões-chave, geograficamente relevantes, a nível económico, político, cultural e ambiental, a diferentes escalas.
BEM-ESTAR, SAÚDE E AMBIENTE	Desenvolver uma relação harmoniosa com o meio natural e social, assumindo o seu comportamento num contexto de bem-estar individual e coletivo.
SENSIBILIDADE ESTÉTICA E ARTÍSTICA	Comunicar os resultados da investigação, mobilizando a linguagem verbal, icónica, estatística, gráfica e cartográfica, adequada ao contexto.
SABER CIENTÍFICO TÉCNICO E TECNOLÓGICO	Localizar, no espaço e no tempo, lugares, fenómenos geográficos (físicos e humanos) e processos que intervêm na sua configuração, em diferentes escalas, usando corretamente o vocabulário geográfico. Mobilizar corretamente o vocabulário e as técnicas geográficas para explicar a interação dos diferentes fenómenos. Comunicar os resultados da investigação, usando diferentes suportes técnicos, incluindo as TIC e as TIG.

Fonte: AE (7º, 8º e 9º anos de escolaridade), 2018.

Figura 2- Temas, subtemas e conceitos específicos interpretados a partir dos textos das AE de Geografia, nos 7º, 8º e 9º anos de escolaridade.



Fonte: AE, 2018.

1.3. Temas e conceitos diretamente relacionados com o estudo de caso: ligação à Autonomia e Flexibilidade Curricular e à Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

Focando-nos nos dois anos de escolaridade em que este estudo foi desenvolvido, vimos, de forma sucinta, que no 8º ano, as AE da Geografia englobam os temas ‘População e Povoamento’ e ‘Atividades Económicas’.

No primeiro tema são abordados quatro subtemas, em que se abordam aspetos que caracterizam: (1) a ‘População’ do ponto de vista demográfica, apelando a conceitos relacionados com indicadores estatísticos; (2) a ‘Mobilidade’, que, de certa forma, implica conhecer a forma como a população se distribui nos territórios, discutindo questões (muito atuais) centradas nos diferentes tipos de migrações/movimentos; (3) em articulação com o anterior, discute-se a ‘Diversidade cultural’, que caracteriza o mundo intercultural em que vivemos hoje, bem como fenómenos que daí derivam, como o racismo e a xenofobia; (4) finalmente, as ‘Áreas de fixação humana’, tentando perceber as mais atrativas e repulsivas, introduzindo conceitos que, por exemplo, definem as tendências de concentração da população em espaços urbanos e/ou na proximidade do litoral. O segundo tema engloba cinco subtemas relacionados com as atividades económicas, envolvendo o primeiro uma introdução em que são desenvolvidos conceitos relacionados com os recursos, setores de atividade e indicadores estatísticos utilizados para caracterizar a população neste contexto, os três seguintes caracterizando cada um dos setores de atividade (primário, secundário e terciário), enquanto o último se foca nas ‘redes e meios de transportes e telecomunicações’, genericamente associados a questões de ‘acessibilidade’.

No 9.º ano de escolaridade, o primeiro tema centra-se nos ‘Contrastes de Desenvolvimento’, abordando as desigualdades entre ‘Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento’ (subtema 1) e a ‘Interdependência entre espaços com diferentes níveis de Desenvolvimento’ (subtema 2), introduzindo indicadores que caracterizam sobretudo contrastes ao nível da ‘qualidade de vida’, em relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O segundo tema, ‘Ambiente e Sociedade’, tem

como primeiro subtema o 'Clima', desenvolvendo aspetos que, no 7º ano de escolaridade foram mais restritos e associados às formações vegetais (biomas), caracterizando agora os vários elementos do clima, os fatores que o condicionam e a sua classificação, fazendo ligação aos subtemas seguintes: 'Riscos e Catástrofes Naturais' e 'Alterações ao ambiente natural'. Ou seja, se o primeiro tema chama a atenção para as desigualdades territoriais, centradas sobretudo em variáveis socio-económicas e culturais, o segundo permite discutir os impactes das atividades do Homem no meio, podendo condicionar, agravar e mesmo desencadear processos naturais, mistos e tecnológicos que vão ameaçar e pôr em 'risco' o bem-estar e qualidade de vida das populações. E sabendo que estes processos/eventos/ações têm consequências e provocam mais danos nas sociedades em desenvolvimento, porque são menos resilientes (com menor capacidade de prever, mitigar, combater e recuperar das ocorrências danosas que as afetam), os contrastes de desenvolvimento tendem a perpetuar-se.

Fomentando o entendimento das interrelações entre as dinâmicas ambientais e sociais, a Geografia permite que os alunos apreendam conhecimentos, competências e atitudes (tal como expressos na tabela e figura 2, página 25) que os tornam mais conscientes dos problemas do mundo em que vivem, ao mesmo tempo que a singular 'beleza' do nosso planeta desperta a necessidade da sua preservação e proteção (Sousa, 2010). É neste contexto que se enquadra o desenvolvimento do seu espírito crítico e o papel ativo que devem desempenhar na comunidade, pelo que a ligação da Geografia à *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* se torna evidente.

O futuro do planeta, em termos sociais e ambientais, depende da formação de cidadãos/ãos com competências e valores não apenas para compreender o mundo que os rodeia, mas também para procurar soluções que contribuam para nos colocar na rota de um desenvolvimento sustentável e inclusivo (ENEC, 2017, p.3)

No âmbito das AE do 8º e 9º anos de escolaridade, os domínios da ENEC que melhor se enquadram com os temas e subtemas focados, correspondem ao 'Desenvolvimento Sustentável', 'Educação Ambiental' (para a sustentabilidade) e 'Riscos'. Efetivamente nos referenciais produzidos para orientar estes domínios, são vários os também designados 'temas e subtemas' que vão ao encontro das AE de Geografia (Tabela 3).

Tabela 3 –Temas definidos nos domínios da ENEC, com ligação às AE do 8º e 9º anos de escolaridade.

	DOMÍNIOS		
	Desenvolvimento (sustentável)	Educação Ambiental	Riscos
TEMAS	Desenvolvimento Interdependência e globalização Pobreza e desigualdades Justiça Social Cidadania global Paz	Sustentabilidade, Ética e Cidadania Produção e Consumo Sustentáveis Território e Paisagem Alterações climáticas Biodiversidade Energia, Água, Solos	Proteção Civil Riscos naturais Riscos tecnológicos Riscos mistos Plano de segurança

Fonte: Referenciais online⁴.

Partindo do pressuposto que valorizámos e protegemos o que conhecemos - que podemos associar ao nosso ‘território de vivência’ -, assim como considerando que o PASEO acentua a necessidade de confrontar os alunos com ‘situações e problemas’ que identificam no seu quotidiano e no ‘meio sociocultural e geográfico em que se inserem’, o projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (AFC), previsto no Decreto-Lei nº55/2018, mas considerando a redação expressa na Portaria n.º 181/2019 de 11 de junho (número 3, do Artigo 4º), permitiu oficializar “(...) respostas curriculares e pedagógicas adequadas ao contexto de cada comunidade educativa [visando] a promoção da qualidade das aprendizagens e o sucesso pleno de todos os alunos”. Assim sendo, aos estabelecimentos de ensino pode ser permitida uma ‘gestão superior a 25 % das matrizes curriculares-base’, “(...) com vista à conceção e desenvolvimento de planos de inovação curricular, pedagógica e ou organizacional (nº 1 do Artigo 4º da Portaria citada).

Tal permitiria, no contexto destes planos, cumprir o objetivo principal do nosso RE.

⁴. Disponíveis em:
<https://cidadania.dge.mec.pt/desenvolvimento-sustentavel>;
<https://cidadania.dge.mec.pt/educacao-ambiental>;
<https://cidadania.dge.mec.pt/risco>. Acesso a 12-07-2022.

2. Enquadramento institucional do caso de estudo

Como referido na introdução do presente relatório, este estudo foi desenvolvido no âmbito da PES, realizada no Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

Neste capítulo é apresentado o enquadramento deste estabelecimento de ensino e das turmas onde desenvolvemos o trabalho, contemplando os seguintes pontos:

- no primeiro ponto é feita uma abordagem espaço-temporal do (CNSL), com especial enfoque nos principais marcos da sua evolução desde a sua fundação até à atualidade;
- o segundo ponto centra-se no Projeto Educativo do CNSL, assim como em algumas das principais particularidades do seu funcionamento.

2.1. Síntese da história e enquadramento espacial da instituição

O CNSL é uma escola privada, católica, cuja origem está ligada à Congregação das Religiosas do Amor de Deus (CRAD), fundada em Espanha, em 1864, por Jerónimo Mariano Usera y Alarcón. Monge cisterciense, sacerdote, Professor na Universidade de Madrid, missionário, precursor da Pedagogia social (Vaz, 1988) e pioneiro na formação profissional das mulheres, foi-lhe atribuída a Grã-Cruz da Ordem de Isabel a Católica em reconhecimento do seu trabalho social – principalmente pelos ‘atos excecionais’ em favor do então Império Colonial de Espanha nas Américas - e, em 1999, João Paulo II atribuiu-lhe o título canónico de ‘Venerável’⁵.

Quando fundou a Congregação das Religiosas do Amor de Deus, já tinha percorrido “(...) varios países de Europa para comparar y estudiar los mejores métodos de enseñanza entonces conocidos” (Rodrigo, 1995, p.576), criando, então, vários colégios espalhados pela Europa, América e África, sendo uma das suas características pedagógicas “(...) centrada na criatividade e não numa forma rotineira de fazer as coisas [pois] só assim pode haver progresso no processo de ensino aprendizagem” (Domingos, 2013, p.98).

⁵ . <https://asociacionpadreusera.org/padre-usera>

Data de 1932 o estabelecimento da CRAD em Portugal, com a intenção de garantir uma colocação segura às irmãs, face à Guerra Civil de Espanha, mas também pela vontade de expandir a Congregação e a sua filosofia educativa. Nesse mesmo ano as religiosas iniciaram a sua atividade de ensino, primeiro no Grande Colégio do Porto e, pouco tempo depois, num edifício situado na Rua Miguel Bombarda (Mota, 2004; www.cnslourdes.com). Em 1933, este passa a ser propriedade das Religiosas do Amor de Deus, começando a funcionar com 9 alunas, número que se elevou para 52 no final do primeiro trimestre⁶.

No entanto, as instalações iniciais tornaram-se demasiado pequenas para dar resposta aos pedidos de admissão e, em outubro de 1939, o colégio mudou as suas instalações para a então conhecida como Casa de Vilar, que pertencia à família de Cristiano Nicolau Kopke. Mas nessa altura a casa principal tinha já sofrido vários melhoramentos, na sequência do casamento da sua filha com Roberto van Zeller⁷.

Localizada entre as ruas do Campo Alegre e a Rainha D. Estefânia, a propriedade “(...) era dotado de um grande bosque (onde hoje é o pavilhão letivo) com alamedas de camélias, árvores exóticas e gigantescas e um lago de cisnes”⁸ (figura 3), tendo sido adquirida pela CRAD em 1984 aos herdeiros da família Kopke Van Zeller⁹, para o funcionamento definitivo do CNSL, ao qual foi concedido o alvará nº 483, pelo Ministério da Educação (Mota, 2004; Silva, 2004).

O colégio foi sofrendo progressivamente obras de remodelação e ampliação: assim, em 1986 foi construído um novo e moderno edifício, sendo para isso foi necessário ocupar uma grande parte do jardim (Silva, 2004). É neste novo edifício, composto por cinco andares, que funcionam as aulas e o ginásio, a biblioteca, o bar, a reprografia e a capela.

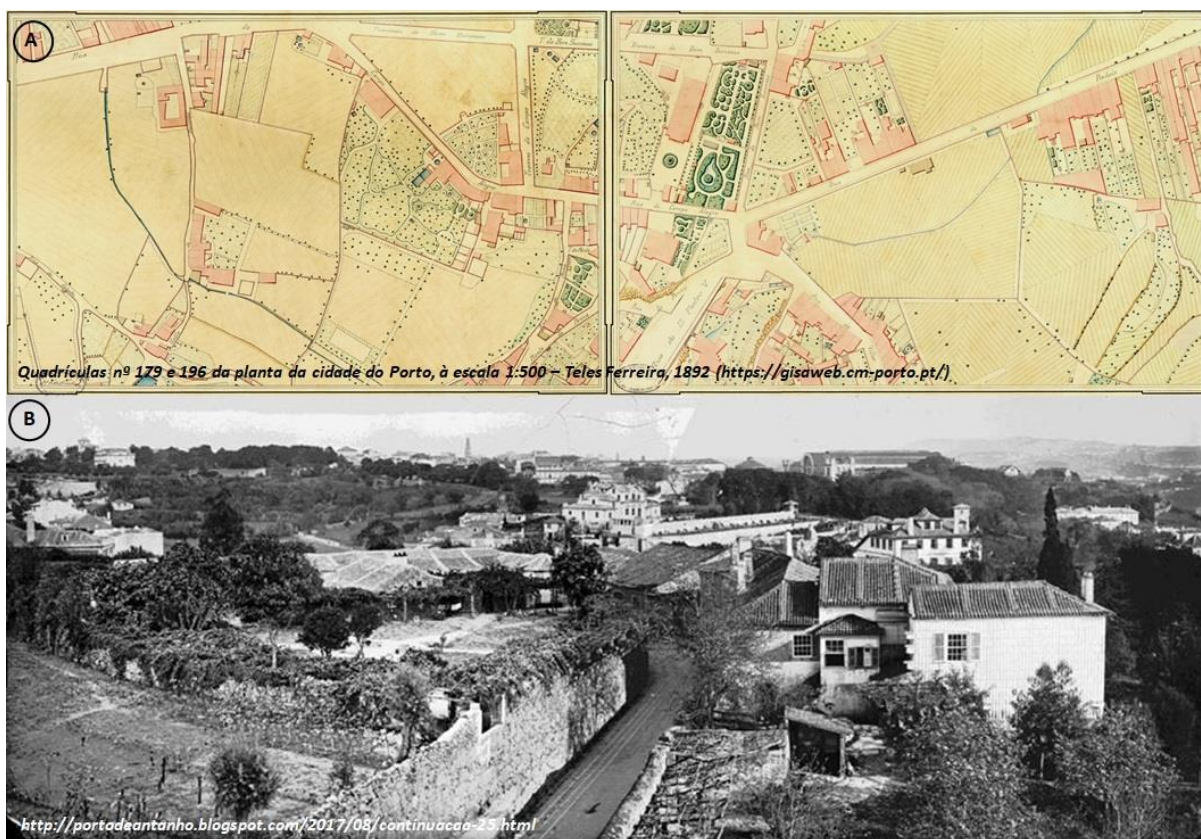
⁶. <https://cnslourdes.com/perspectiva-historica/>

⁷. <http://manueljosecunha.blogspot.com/2015/04/brasao-dos-kopke-porto-desaparecido.html>

⁸. <https://cnslourdes.com/perspectiva-historica/>

⁹. <http://portodeantanho.blogspot.com/2017/08/continuacao-25.html>

Figura 3- Enquadramento da antiga propriedade da família Kopke Van Zeller na planta da cidade do Porto (A) e fotografia da Rua Rainha D. Estefânia em 1890.

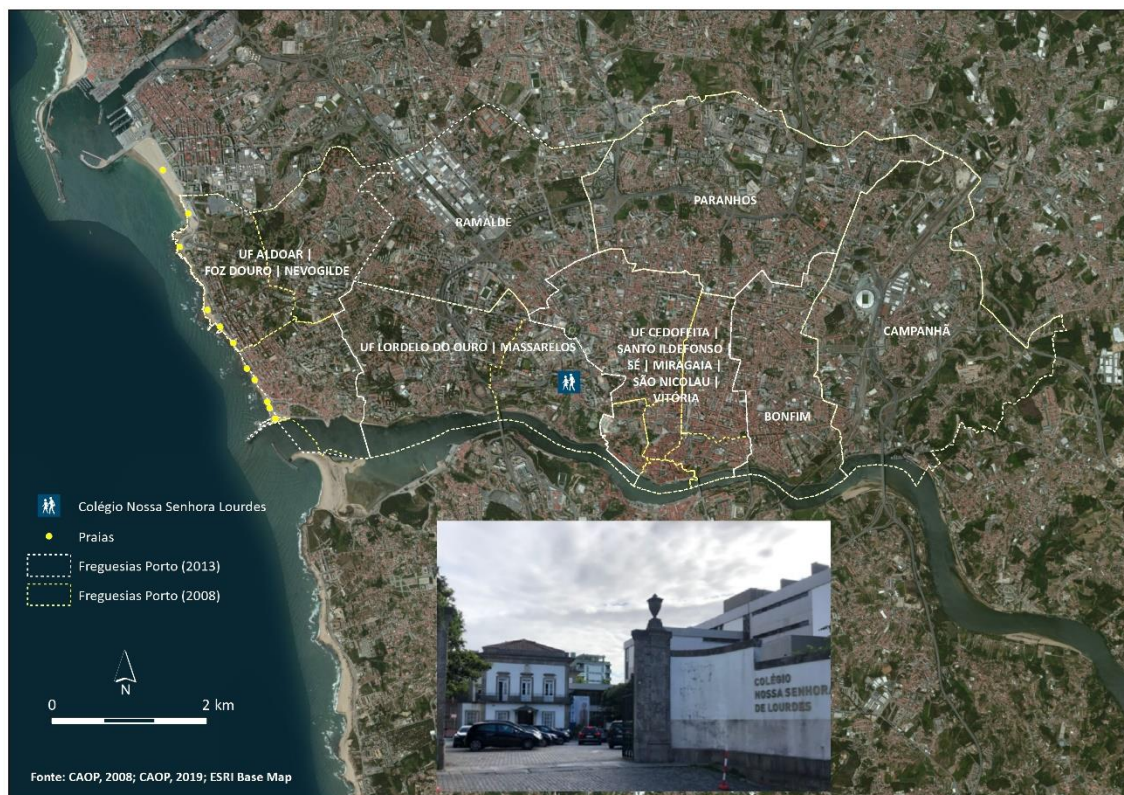


Fonte: Elaboração própria.

A casa original da quinta, que foi alvo de obras de reconstrução e requalificação em 1992, acolhe atualmente os serviços administrativos, tais como a Direção, a Secretaria e a Administração e também o refeitório e a habitação das religiosas¹⁰. Atualmente o CNSL mantém a sua localização na Rua Rainha Dona Estefânia, na união de freguesias de Massarelos e Lordelo do Douro, no concelho do Porto (figura 4). A proximidade e rápido acesso às principais vias de comunicação da cidade, a locais de lazer como a marginal do Rio Douro e as praias, assim como a existência de inúmeros serviços e um vasto património histórico e cultural nas suas imediações, são aspetos que favorecem o colégio.

¹⁰. <https://www.cnsLOURDES.com/colégio/perspectiva-historica/>

Figura 4- Localização do CNSL (Rua Rainha D. Estefânia, UF de Lordelo do Ouro e Massarelos)



Fonte: Elaboração própria

2.2. O Projeto educativo e o funcionamento do CNSL

Como referimos, o CNSL apresenta-se como uma escola católica, baseada numa educação assente em valores cristãos e formadora de jovens cidadãos para a vida em sociedade e para Deus, sempre elucidada dos padrões de vida modernos e das regras e deveres educacionais da atualidade. Apesar do CNSL ser uma escola católica, encontra-se aberta a alunos com diferentes crenças, uma vez que tem como um dos seus objetivos “aceitar qualquer aluno sem discriminação” (Projeto Educativo das Escolas do Amor de Deus, p. 6).

O projeto educativo do colégio, assim como de todas as escolas da CRAD, tem como finalidade promover todos os aspetos da vida escolar, com vista ao sucesso dos seus alunos. Os seus objetivos educacionais assentam “(...) numa rigorosa formação científica e cultural, procurando, com toda a sua atividade, despertar e estimular o

desenvolvimento integral e harmonioso da pessoa, como agente do seu próprio crescimento, nas suas dimensões individual, social e cristã”¹¹

Entre os objetivos expressos no Projeto Educativo, salientam-se os seguintes:

- a) Educar na liberdade, de forma que o aluno atue conscientemente e tome decisões responsáveis;
- b) Promover o equilíbrio afetivo, maturidade e verdadeiro domínio de si mesmo para que, com critérios próprios e firmes, o educando seja constante nas suas ações;
- c) Cultivar o espírito crítico e criativo que permita ao aluno enfrentar, flexivelmente, situações de mudança sem perder os valores permanentes;
- d) Aprofundar a dimensão social da pessoa, a partir de uma compreensão global do Homem, para que chegue a entender e a viver a sexualidade de forma positiva e serena;
- e) Despertar, capacitar e desenvolver a inteligência para a assimilação sistemática e crítica da cultura e dos saberes, de forma adaptada ao desenvolvimento, idade, faculdades e opções próprias;
- f) Animar, estimular e disciplinar as capacidades mentais, para que o aluno possa obter um conhecimento da Verdade e aderir à mesma, mediante exercícios de observação, reflexão, aprofundamento, diálogo e ação;
- g) Promover a disciplina interior e o equilíbrio afetivo que levem à maturidade, à fidelidade, à relação fraterna e ao domínio próprio, habilitando a pessoa para atuar com critérios próprios e para fazer opções responsáveis;
- h) Fomentar experiências de complementaridade, criação e investigação em equipa, de modo que o trabalho de grupo seja uma situação normal de aprendizagem, comunicação e produção, no qual os alunos se habituem ao novo dinamismo social;
- i) Desenvolver atividades de abertura, responsabilidade e participação, fomentando hábitos democráticos;
- j) Desenvolver a sensibilidade estética individual e de grupo com fonte de prazer, convivência e apoio cultural...¹²

Na prática educativa do colégio, assente na conceção global do desenvolvimento do aluno, destacando-se as dimensões humana, académica e cívica na sua formação e que se exprimem nos seguintes campos de aprendizagem:

- Aprender a ser,
- Aprender a amar,

¹¹. Projeto Educativo das Escolas do Amor de Deus, p. 2

¹². Idem, p.3/4.

- Aprender a tomar decisões,
- Aprender a fazer.

Para a prossecução dos objetivos estabelecidos, é adotada uma metodologia na qual o aluno tem parte principal da ação, guiado e orientado pelos educadores, com base nas suas próprias necessidades. Os professores assumem assim uma grande importância na formação dos seus alunos enquanto modelos de identificação e referência. São eles que estão em constante diálogo com os alunos, desenvolvendo com estes um vínculo permanente, sendo também os principais transmissores da proposta educativa do Colégio. Na relação professor/aluno é estimulado o conhecimento aprofundado dos jovens, das suas características, num regime de acompanhamento personalizado, que visa promover medidas de carácter pedagógico que estimulem o harmonioso desenvolvimento do aluno, quer em tarefas realizadas em sala de aula, quer nas demais atividades da escola. O esforço, o empenho e a capacidade de trabalho dos alunos são constantemente incentivados e valorizados, sendo promovido o pensamento e o raciocínio, o auto-conhecimento e o exercício e aperfeiçoamento das suas competências.

Neste contexto, os docentes são para a instituição peças-chave, uma vez que têm uma ação importante no processo educativo dos alunos, pois, como já referido, são responsáveis pela condução do processo de ensino-aprendizagem. A instituição considera que um corpo docente que se identifique com os seus valores, princípios e finalidades, representa um fator essencial para o bom funcionamento da escola.

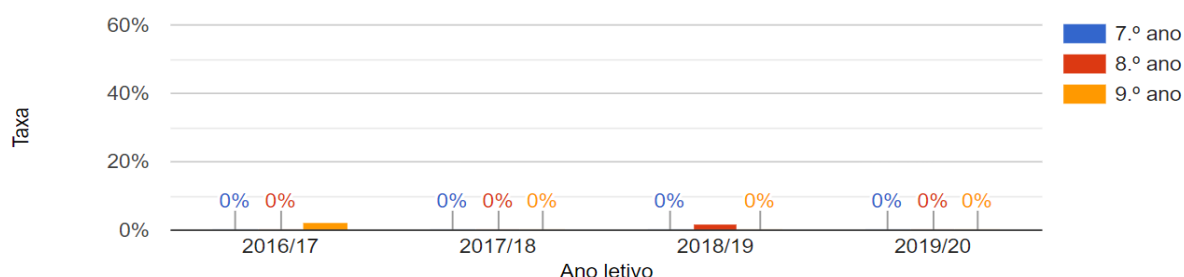
Os pais, como principais responsáveis pela educação dos filhos, têm o direito de programar a educação e a cultura dos seus filhos segundo as suas próprias convicções ideológicas e/ou religiosas. Este direito, consagrado pelo Estado através da Lei de Bases do Sistema Educativo, engloba a possibilidade da opção pelo Ensino Particular e Cooperativo. O CNSL assume-se assim como uma escolha concreta dessa mesma liberdade e do direito da família escolher e orientar a educação dos seus filhos. Fundamentando essa escolha com base no projeto educativo e na identidade própria do Colégio, os pais são também envolvidos no processo educativo, sendo-lhes dado conhecimento claro da oferta educativa que escolheram e incentivada a sua

participação no processo. Toda a comunicação e partilha entre pais, docentes e direção do colégio é valorizada, no sentido de tornar a prática pedagógica adequada aos objetivos definidos.

Esta instituição de ensino tem alcançado, ao longo dos anos, um elevado prestígio, apresentando elevada atratividade devido à qualidade do ensino e resultados obtidos, tendo passado pelo colégio várias gerações de jovens que o frequentaram desde a pré-escola até à entrada na universidade. Atualmente, são inúmeros os alunos cujas várias gerações da família estudaram no colégio.

Embora já tenham sido ministrados nesta instituição todos os níveis de ensino, atualmente são ministrados o ensino pré-escolar e o 1º, 2º e 3º ciclos. Analisando os dados dos últimos anos relativos à retenção ou desistência dos alunos da escola (gráfico 1), verificam-se taxas muito próximas de zero.

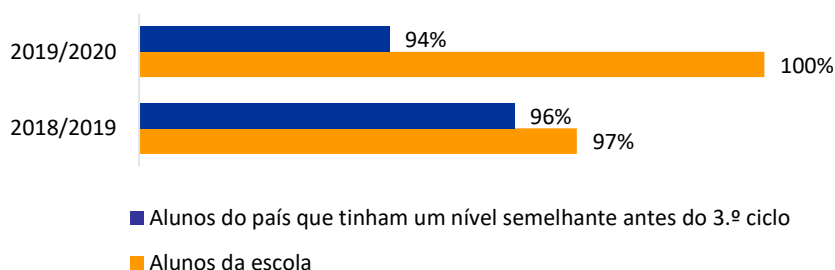
Gráfico 1- Taxa de retenção ou desistência dos alunos da escola



Fonte: Infoescolas (<https://infoescolas.medu.pt/3Ciclo/> acedido a 7/03/2022)).

Estes dados evidenciam o sucesso do ensino nesta instituição, constatando-se uma elevada percentagem de alunos que concluem o 3º ciclo nos três anos previstos (gráfico 2), sendo esta percentagem significativamente superior à percentagem nacional.

Gráfico 2- Percentagem de alunos que concluem o 3.º ciclo em três anos



Fonte: Infoescolas (<https://infoescolas.medu.pt/3Ciclo/> acedido a 7/03/2022)).

Foi nesta realidade que desenvolvemos a nossa prática pedagógica. O supervisor cooperante – Professor Fernando Moreira - tinha atribuídas 7 turmas (1 turma do 7º ano, 3 do 8º ano e 3 do 9º ano), tendo o núcleo de estágio trabalhado com as turmas do 8º e 9º ano de escolaridade. O horário da disciplina de Geografia englobava 3 blocos de 50 minutos por semana no 8º ano e 2 blocos de 50 minutos por semana no 9º ano, de acordo com a distribuição apresentada na tabela 4.

Tabela 4 – Identificação das turmas, carga horária e horários atribuídos.

Turma	Carga horária semanal	Horário
8ºA	150 minutos	Segunda-feira: 14:40 – 15:30 Quinta-feira: 15:40 – 16:30 Sexta-feira: 11:30 – 12:20
8ºB	150 minutos	Segunda-feira: 15:40 – 16:30 Terça-feira: 09:25- 10:15 Sexta-Feira: 12:30 – 13:20
8ºC	150 minutos	Terça-feira: 14:40 – 15:30 Quarta-feira: 11:30 – 12:20 Sexta-feira: 09:25 – 10:15
9º A	100 minutos	Terça-feira: 12:30 – 13:20 Sexta-Feira: 15:40 – 16:30
9º B	100 minutos	Terça-feira: 08:20 – 09:10 Sexta-Feira: 14:40 – 15:20
9ºC	100 minutos	Terça-feira: 10:30- 11:20 Sexta-Feira: 10:30 – 11:20

Fonte: Elaboração própria

Não foi atribuída nenhuma turma específica às professoras estagiárias, sendo que cada uma lecionava as diferentes turmas, alternadamente. Esta prática resultou numa mais-valia, uma vez que tivemos a possibilidade de lecionar um leque maior de conteúdos dos dois anos de escolaridade e contactar com mais alunos, cada um com as suas características.

Durante a PES foram desenvolvidas várias atividades, o que permitiu um contacto com a realidade que nos espera enquanto professoras do Ensino Básico e Secundário. No entanto, o contacto mais realista e motivador, foi a leção de 50 blocos de 50 minutos (2500 minutos) da disciplina de Geografia, que se traduziram em várias horas repartidas pelas seis turmas do 8º e 9º ano de escolaridade que acompanhamos. Relativamente às aulas assistidas, perfizeram um total 135 blocos letivos de 50 minutos, lecionados pelo supervisor cooperante e pelas colegas pertencentes ao mesmo núcleo de estágio.

Salienta-se, ainda, o facto de nos ter sido dada a possibilidade de assistir a reuniões de avaliação de várias turmas, experiência fundamental para o desempenho da função docente no futuro.

3. Enquadramento metodológico

3.1. Breve nota explicativa

O terceiro capítulo deste relatório relaciona-se com a metodologia aplicada na sua realização, considerando os objetivos previamente definidos, bem como uma caracterização sumária das turmas que constituíram a nossa amostra.

Recordando o nosso propósito de verificar o conhecimento dos nossos jovens estudantes sobre a faixa flúvio-marinha da cidade do Porto, designadamente sobre o seu património natural e histórico-cultural, consideramos que este território poderia funcionar como ‘subsunçor ou ideia-âncora’ – na perspetiva de Ausubel (2003) –, suscetível de tornar mais ‘significativos’ os temas e conceitos que integram as Aprendizagens Essenciais (AE) da disciplina de Geografia, demonstrando que os conteúdos geográficos estão sempre presentes na nossa área de vivência e no quotidiano. Como refere Moreira (2010, p.2),

É importante reiterar que a aprendizagem significativa se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos, e que essa interação é não-litera e não-arbitrária. Nesse processo, os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito e os conhecimentos prévios adquirem novos significados ou maior estabilidade cognitiva.

Se a nossa ideia inicial assentava no desenvolvimento de um trabalho-projeto que permitisse aos alunos explorar o litoral da cidade do Porto - (re)conhecendo o seu património natural e histórico-cultural e potenciando a sua preservação e divulgação no contexto do Turismo e Lazer -, a verdade é que, por questões logísticas e da organização da própria escola, a investigação-ação do nosso estudo teve de ser limitada à elaboração de um questionário que, como referimos na introdução, incorpora uma série de questões que avaliam, sobretudo, o conhecimento e práticas de usufruto da área em causa.

A este questionário associaram-se as aulas lecionadas, tendo em conta os temas e conceitos das AE abordadas (Tabela 5), utilizando-se, sempre que possível, documentos e imagens relacionados com o contexto territorial que tínhamos definido como ‘caso de estudo’, e que apresentaremos no capítulo seguinte.

Tabela 5 –Temas, subtemas e conceitos das Aprendizagens Essenciais do 8º e 9º anos de escolaridade, associados ao nosso estudo.

	TEMA	SUBTEMA	CONTEÚDOS	CONCEITOS
APRENDIZAGENS ESSENCIAIS 8º ano de escolaridade	População e povoamento	Diversidade cultural Áreas de fixação humana	Fatores de identidade cultural Cidades, principais áreas de fixação humana	<i>Património cultural</i> <i>Espaço urbano</i> <i>Litoralização</i> <i>Urbanização/Taxa de urbanização</i> <i>Morfologia urbana/Funções urbanas</i>
	Atividades económicas	Setor III (Terciário)	Turismo	<i>Comércio/Serviços/Equipamentos</i> <i>Turismo/Lazer</i> <i>Tipos de turismo</i> <i>Turismo sustentável</i>
APRENDIZAGENS ESSENCIAIS 9º ano de escolaridade	Ambiente e Sociedade	Riscos e Catástrofes Naturais Alterações ao ambiente natural	Riscos hidrológicos: cheias e inundações Desenvolvimento sustentável	<i>Fatores climáticos</i> <i>Perigo-risco-dano/Catástrofe (natural e antrópica)</i> <i>Riscos naturais</i> <i>Desenvolvimento sustentável</i> <i>Impacte ambiental</i> <i>Riscos mistos/Riscos tecnológicos</i> <i>Ecossistema/Áreas Protegidas</i> <i>Paisagem cultural</i>

Fonte: Elaboração própria.

Note-se que todos os conceitos enunciados podem ser analisados recorrendo a exemplos concretos da área selecionada, embora no nosso estudo nos tenhamos centrado nos dois primeiros temas (‘População e Povoamento’ e ‘Atividades Económicas’).

No entanto, os ‘Riscos e Catástrofes Naturais’, bem como as ‘Alterações ao Ambiente Natural’, possuem na faixa flúvio-marinha do Porto evidências bastante claras, designadamente no que concerne às ‘cheias e inundações’ e às intervenções antrópicas.

A título de exemplo, poder-se-ia fazer referência: às grandes cheias do Douro, particularmente a de 1909 (figura 5, A e B); às inundações e galgamentos costeiros associados à combinação da dinâmica fluvial e marítima, que ainda hoje afeta principalmente a área adjacente às praias do Ourigo (antiga Rua da praia, hoje Rua Coronel Raúl Peres, figura 5C), Carneiro e das Pastoras (Avenida de D. Carlos I e Esplanada do Castelo), obrigando ao seu encerramento ao trânsito, mas que dificilmente afasta a população pela espetacularidade das ondas no embate com o Farolim de Felgueiras (figura 5, D e E); ou as consequências derivadas da construção dos

novos molhes e o seu impacto no desenvolvimento do areal do Cabedelo – bem visível a partir do ‘pontão’ onde se localiza o Marégrafo da Foz do Douro –, agora transformado na Reserva Natural Local do Estuário do Douro, apelando aos conceitos de ecossistema e Áreas Protegidas (figura 5F).

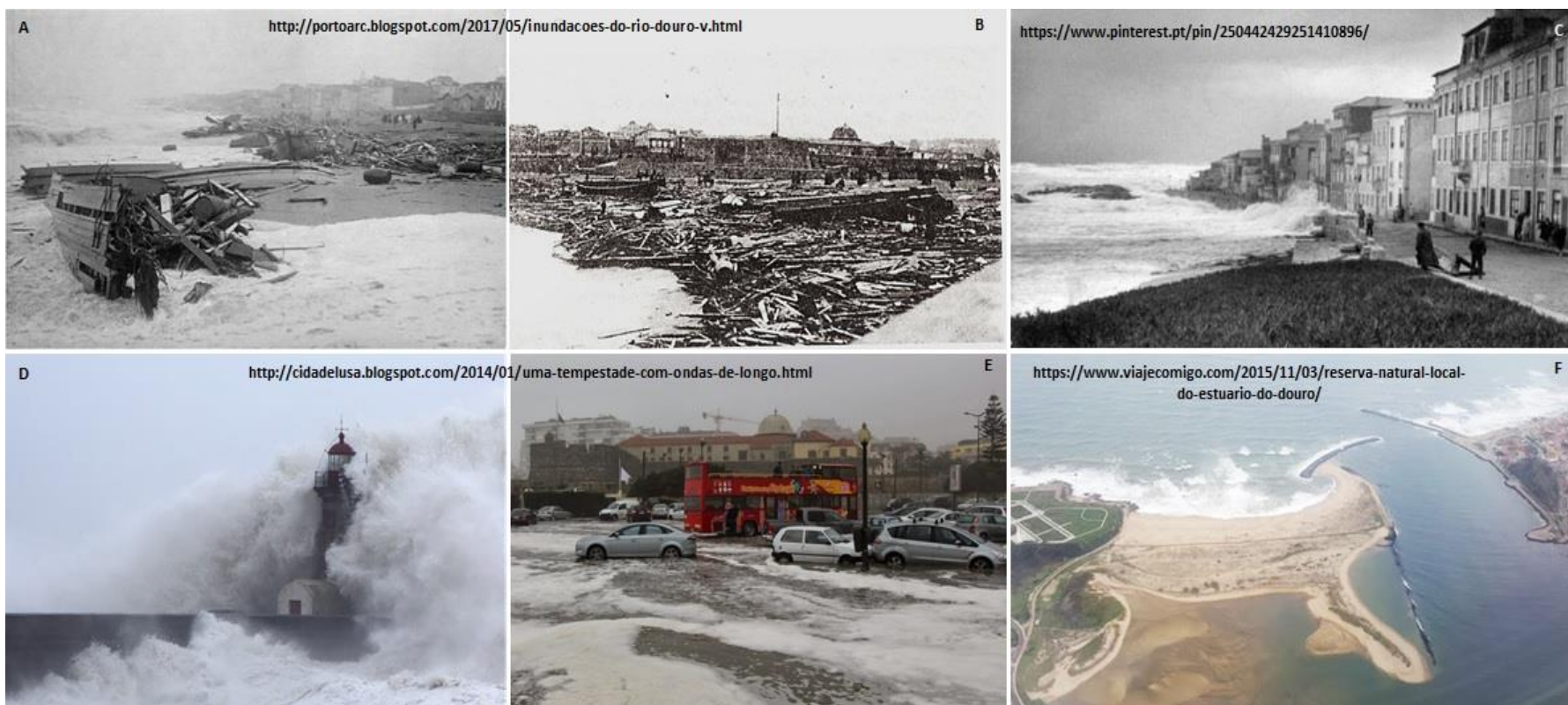
3.2. Metodologia: questionário aplicado e caracterização das turmas envolvidas no estudo.

Como mencionado, para a recolha da informação necessária recorreu-se a um Inquérito por Questionário, técnica de investigação que, através de um conjunto de perguntas, visa suscitar uma série de discursos individuais, interpretá-los e depois generalizá-los a conjuntos mais vastos (Dias, 1994).

Este questionário (Anexo 1), elaborado no *Google Forms*, foi aplicado a todas as turmas do 8º ano e 9º ano de escolaridade do CNSL, subdividindo-se em três grupos de questões:

- as primeiras perguntas (1 a 5) relacionam-se com a caracterização do público-alvo (idade, ano de escolaridade frequentado, género e local de residência), sendo de resposta curta ou escolha múltipla.
- o segundo grupo de questões (6 a 8), pretende recolher informação relativa à forma como os alunos usufruem do litoral do Porto, nomeadamente a regularidade com que frequentam esta área, que tipo de atividades aí desenvolvem e quais as praias que conhecem melhor. Neste grupo, as respostas são de escolha múltipla, com apenas uma que implica resposta de acordo com a escala de frequência da ocorrência (‘nunca, raramente, por vezes, frequentemente e muito frequentemente’).
- as questões seguintes (9 a 15) estão relacionadas com a perceção que os jovens têm deste território, nomeadamente a opinião relativamente às condições existentes e o conhecimento que possuem acerca do seu património natural e histórico-cultural. Neste grupo, as questões são de escolha múltipla, ou envolvem respostas de acordo com escala(s) de Likert (de frequência, de nível de concordância/discordância).

Figura 5 - Fotografias ilustrativas dos temas ‘Riscos e Catástrofes Naturais’ e ‘Alterações ao Ambiente Natural’, na área em estudo. A e B. Destroços associados à tempestade de 1909, que provocou uma das maiores cheias do Rio Douro; C. Galgamentos costeiros na área da Praia do Ourigo; D e E. Tempestade de 2014, provocando a inundação da área marginal junto do Forte de São João Batista; F. Vista aérea sobre a Foz do Douro, observando-se os novos molhes e o ‘Cabedelo’.



Como referimos, o questionário teve como população-alvo as 6 turmas a que lecionamos, pertencentes aos dois anos de escolaridade supramencionados, tendo a amostra abrangido um total de 114 alunos, 52 do 8º ano e 62 do 9º ano de escolaridade.

O género feminino predomina em ambos os anos de escolaridade, representando 56% no 8º ano e 53% no 9º ano, variando as idades entre os 13 e os 14 anos e entre os 14 e os 15 anos, respetivamente (tabela 6).

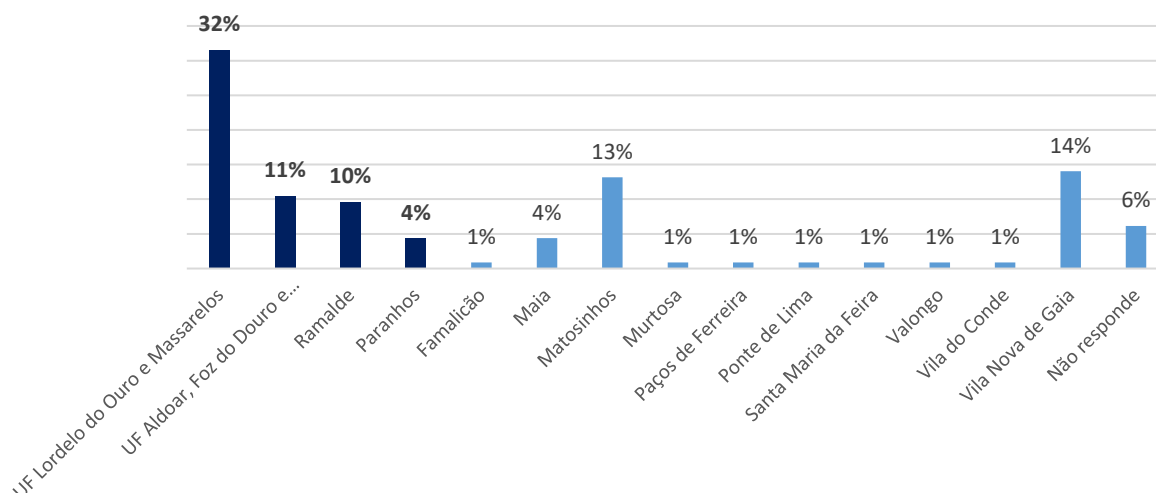
Tabela 6 – Caracterização das turmas do 8º e 9º ano.

Indicador	Ano de escolaridade	
	8º ano	9º ano
Nº de turmas	3	3
Nº de alunos	52	62
Distribuição por sexo	Raparigas – 56% Rapazes – 44%	Raparigas – 53% Rapazes - 47%
Distribuição por idade	13 anos – 54% 14 anos - 46%	14 anos – 65% 15 anos - 35%
Idade média dos alunos	13,4 anos	14,3 anos

Fonte: Colégio Nossa Senhora de Lourdes, 2022.

Relativamente ao concelho e freguesia de residência (gráfico 3), verifica-se que a maioria dos alunos (57%) reside no concelho no Porto, nas freguesias de Ramalde, Paranhos, UF de Lordelo do Ouro e Massarelos e UF de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde. Uma percentagem considerável reside nos concelhos vizinhos de Vila Nova de Gaia (14%) e Matosinhos (13%).

Gráfico 3- Freguesia e concelho de residência dos alunos



Fonte: Inquérito realizado aos alunos, 2022.

Devido à política de privacidade de dados do CNSL, não foi possível realizar uma caracterização mais exaustiva, nomeadamente das famílias e encarregados de educação.

No entanto, devido ao contacto ao longo do ano letivo, sabemos que as famílias das quais provêm os estudantes que participaram neste estudo possuem um nível de escolaridade elevado, maioritariamente com formação superior e têm profissões ligadas ao setor terciário (advogados, médicos, professores, gestores e administradores de empresas...).

São famílias com estatuto socio-económico elevado, o que se reflete nos estudantes, que possuem aspirações semelhantes para o seu futuro. Muitos destes estudantes já definiram o seu futuro profissional, muitas vezes semelhante ao dos pais/avós.

Estes alunos demonstravam interesse nos conteúdos apresentados, sendo bastante participativos, apresentando facilidade na aquisição de conhecimentos, o que, no geral, se refletia nos resultados obtidos. Durante a lecionações dos conteúdos, apercebiamonos, com frequência, que estes alunos conheciam diversos locais fora de Portugal, sendo-lhes mais fácil fazer referências a outros países do que propriamente à sua área de vivência.

4. Estudo de caso: a faixa litoral e fluvial da Foz

Como referimos na introdução do presente estudo, pretende-se analisar o conhecimento e valorização territorial dos nossos estudantes, sobre o património natural e cultural situado na faixa litoral e fluvial que se estende de Matosinhos à União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, espaço vulgarmente designado, pelos portuenses, como ‘Foz’. A escolha desta área prende-se com o facto da maior parte dos alunos aqui residir e estudar, uma vez que o CNSL também se localiza na sua proximidade (cf. figura 4).

A Foz (do Douro) é uma área emblemática da cidade do Porto, referindo Fernandes (1987, p.13) que constitui “(...) um espaço com ‘personalidade’ própria dentro da cidade (...) conferido pela particularidade do seu passado histórico e pelas características que o processo de urbanização deixou vincadas”.

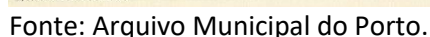
O texto e imagens que aqui apresentamos, foram alvo de discussão em algumas das aulas lecionadas, ilustrando e tornando mais significativos alguns dos temas e conceitos das AE abordadas. Foi esta a forma que adotamos para substituir o trabalho de campo que havíamos planeado.

4.1. Breve enquadramento histórico da ‘Foz’

Se os vestígios mais antigos desta área remontam à Pré-História, o desenvolvimento da faixa litoral e fluvial da Foz ocorreu sobretudo a partir do século XII, através de um “(...) povoamento disperso em torno de pequenas ermidas e mosteiros” designadamente na Foz do Douro, encontrando-se referências a uma igreja e a uma ermida dedicada a S. João Baptista, em documento datado de 1145 (Moura, 2009, p.7). Constituindo uma ‘vila’ essencialmente piscatória’, seria nesta área que, entre 1527 e 1578, foi construído o complexo de edifícios e o Forte de São João Baptista que os enquadra¹³. Este forte,

¹³. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5543

Figura 6- Planta geográfica da barra da cidade do Porto: reprodução de gravura publicada em 1789, representado o areal do Cabedelo, a barra do Douro (com embarcações) e a povoação de São João da Foz.



¹⁴. <http://www.monumentos.gov.pt>

Assim, podemos considerar que a frente marítima da cidade do Porto foi sendo ‘construída’ entre estes dois fortes, assumindo as designações de ‘Foz Velha’ – situada na então designada freguesia de São João da Foz do Douro, na área próxima da desembocadura do rio com o mesmo nome – e ‘Foz Nova’, que se estende para norte, ao longo das atuais avenidas Brasil e Montevideu.

Figura 7- A ‘Foz Velha’ e a ‘Foz Nova’, na Carta Topographica da Cidade do Porto de Telles Ferreira, 1892.



Fonte: Arquivo Municipal do Porto.

Estas duas áreas apresentam características muito distintas: a Foz Velha, que constitui o núcleo histórico, inicialmente ocupada por comunidades de pescadores e revelando e

um carácter marcadamente rural, caracterizando-se pelo desenho irregular da malha urbana; a Foz Nova, que começa a crescer sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, muito por influência da fixação dos ingleses, é, como salienta Fernandes (1987, p.52) “(...) marcadamente distinta do núcleo antigo, individualizando-a o “(...) ortogonalismo quase perfeito do seu plano e uma convivência entre a vivenda e o grande prédio polifamiliar [mantendo-se como] espaço de preferência para a fixação de indivíduos economicamente desafogados (...).

A frente marítima da cidade do Porto era constituída por estas duas áreas, cuja ligação se fazia “(...) por atalhos e carreiros, nem sempre muito seguros (...) certamente estreitos, sinuosos, serpenteantes e até cruzados” (Brandão, 1983, apud Moura, 2009, p.72). Só a partir de 1862 começaria a ser construída a então designada Avenida de Carreiros (estendendo-se até ao molhe com o mesmo nome), hoje conhecida por Avenida Brasil, estendendo-se pela Rua do Castelo do Queijo, que, “no segundo quartel do século XX, foi alargada e ajardinada dando lugar à espaçosa Avenida de Montevideu que finda na Rotunda do Castelo do Queijo” (ob. cit., p.73).

A Foz Velha constituiu o núcleo original desta frente litoral da cidade do Porto, a partir do qual se foi assistindo a expansão para norte. Helena Osório, refere que em “(...) 1527, contavam-se já 286 fogos em São João da Foz e 12 em Nevogilde [sendo] notável a existência do Porto de Carreiros, que servia de alternativa à entrada da Barra do Douro, quando esta não era acessível”, assim como a “(...) torre, farol, capela ou ermida de São Miguel-o-Anjo, (...) classificada como IIP desde 1951”¹⁵.

Era lugar pequeno, distante da cidade e que, no século XIX (também viria a ser integrado no Porto, no ano de 1836), literalmente terminava junto à Senhora da Luz, onde estava implantado um farol. Com origens na pesca, como vimos, remontando ao século XII as primeiras menções ao lugar, esta terra forneceu no século XVI um apreciável contingente de mareantes e navios à marinha mercante portuense e às armadas (Barros, 2004, p.35).

¹⁵. https://www.artecapital.net/arq_des-157-parte-ii-foz-velha-e-foz-nova-patrimonio-classificado-ou-nem-por-isso-

No entanto, se a dinâmica deste lugar se manteve até finais do século XVIII, no século seguinte o desenvolvimento da rede viária e dos transportes, assim como ‘a moda dos banhos de mar’, alterou completamente o seu processo de crescimento, que passa a expandir-se em direção à ‘Foz Nova’. Todos os anos, no período de Verão, as praias da Foz começaram a ser frequentada por cada vez mais pessoas (figura 8), vindas de todo o Noroeste português (Moura, 2009). E começa a assistir-se à construção de moradias de luxo, que se expandem para norte, área preferida pelos ingleses.

Figura 8- Praias do Porto em finais do século XIX e início do século XX. A. O banheiro na praia do Ourigo; c.1910; B. Molhe de Carreiros, finais do séc. XIX. C. Praia da Luz, c.1920 (?). D. Praia do Ourigo - bilhete-postal de c.1900.

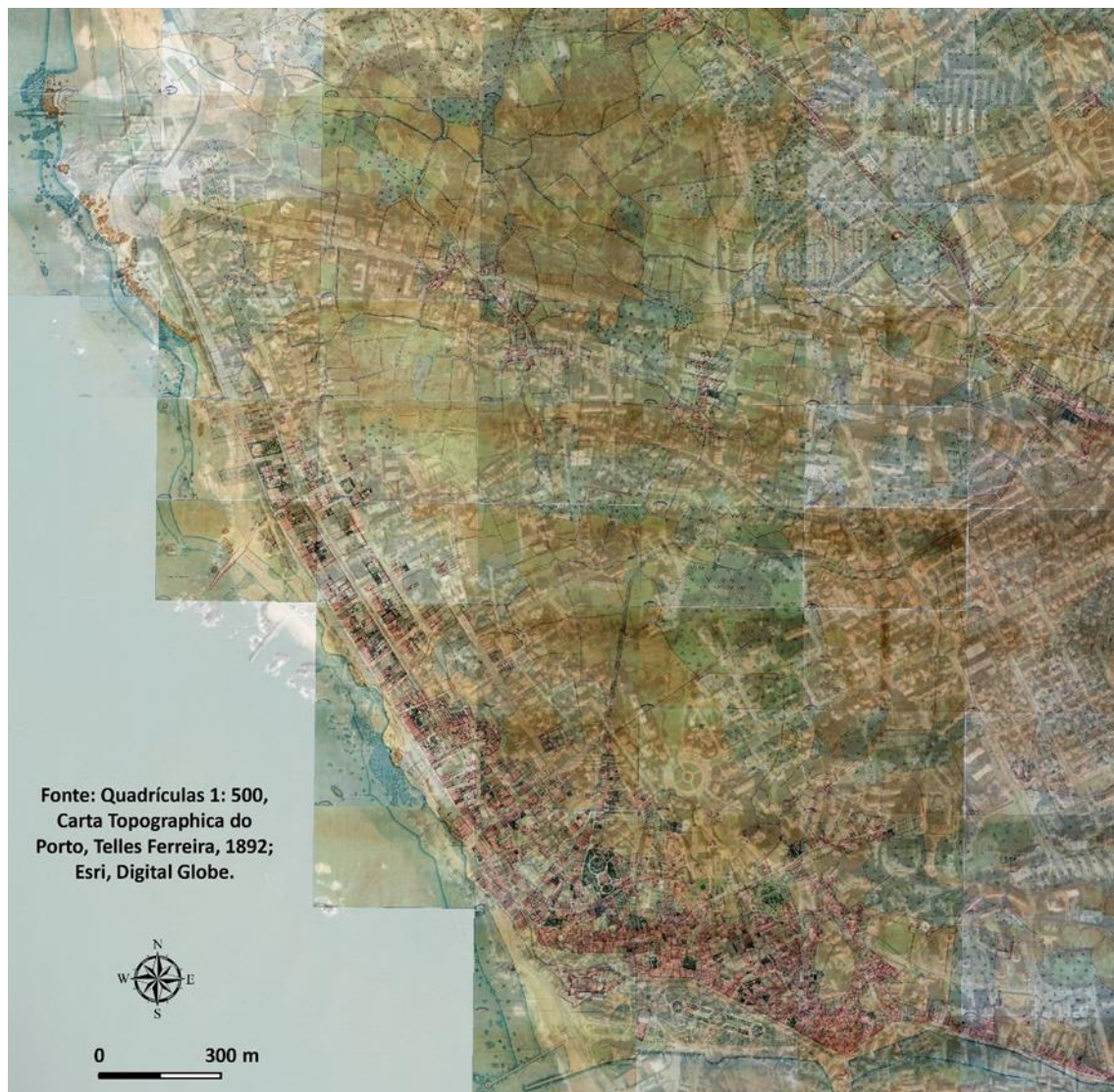


Esta dinâmica é assinada por Martins (1989, p.53):

Um outro aspecto adquire particular relevo na Foz do Douro, ainda durante o século XIX. Aí, a criação de duas linhas de «tramway» - o americano – durante a década de 70, aproximou decisivamente a cidade do Porto da faixa litoral e a distância pôde então passar a ser vencida em cerca de trinta minutos (...) são agora numerosas as famílias que aí fixam residência, atenuando o carácter sazonal da localidade e tornando-a pouco a pouco num subúrbio portuense.

Nas palavras de Fernandes (1987, p.17), a “(...) Foz da segunda metade do século XIX torna-se cosmopolita!”. E, neste contexto, a ‘Foz Nova’ vai ganhando prestígio relativamente ao núcleo original, considerando a “(...) quantidade e sobretudo qualidade de comércios e serviços” (ob.cit., p.21).

Figura 9- A ‘Foz’ de 1892, em transparência sobre o quadro atual.



No entanto, é a partir da segunda metade do século XX que se assistem às maiores transformações, densificando-se a sua ocupação, assistindo-se à expansão do edificado para norte e para o ‘interior’ – com substituição da tipologia das moradias por edifícios de habitação colectiva de luxo (Moura, 2009) -, requalificação da rede viária e dos

espaços ajardinados, culminando, no início do séc. XXI, com a execução do remate do Parque da Cidade, na zona que confronta com o mar (figura 9).

Toda a área da Foz, agora sem apelar à divisão entre ‘velha e nova’, é atualmente um cartão de visita da cidade do Porto, onde o património natural e cultural contam a história do desenvolvimento desta área. Se a sua geodiversidade incorpora vestígios materiais que remontam ao Pré-câmbrico, constituindo o substrato de todas as construções e atividades humanas, estas são ilustradas por um vasto património material – que será alvo do ponto seguinte do presente capítulo – que integra jardins e passeios públicos pontuados por várias esculturas e estruturas de valor arquitectónico, onde se destaca um vasto edificado urbano classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP).

4.2. A “Foz” atual – um (geo)recurso natural e cultural

4.2.1. O património natural

A extraordinária geodiversidade existente na faixa litoral da cidade do Porto, ilustra a evolução geodinâmica da região, bem como episódios de deformação, erosão e meteorização de rochas metamórficas com mais de 500 milhões de anos, intruídas por granitos biotíticos. O Complexo Metamórfico da Foz do Douro (CMFD), classificado como Património Natural Municipal (PNM)

(...) é exemplo de um magnífico conjunto litológico constituído por gnaisses, metassedimentos e anfíbolitos recortados por granitos variscos (...). Estes conjuntos litológicos serão, provavelmente, das rochas mais antigas existentes em Portugal (...) e apresentam-se excelentemente preservados e expostos ao longo da orla marítima, compreendida entre o Forte S. Francisco Xavier (vulgo Castelo do Queijo) e o Molhe de Felgueiras” (Silva, 2001, p.147)

Assim, como referem Sousa et al. (2010, p.2), constitui uma “(...) peça valiosa para melhor compreender a evolução geotectónica do NW da Península Ibérica em tempos pré-variscos e variscos [pelo que o] seu valor educacional é igualmente inquestionável uma vez que preserva uma diversidade de litologias, estruturas geológicas e aspectos geomorfológicos” (figura 10).

Figura 10- Exemplos de geossítios presentes. A. Marmita; B. Granito do Castelo do Queijo; C. Gnaisses e anfibolitos dobrados.



Fonte: Sousa (2010)

A área onde se insere o CMFD acolhe também uma diversidade de seres vivos, permitindo interrelacionar a Geodiversidade e a Biodiversidade, aspetos que podem ser observados ao longo do *Passeio Geológico da Foz do Douro*, definindo um percurso temático criado em 2005 – com vários painéis ilustrativos com indicação dos principais aspectos geológicos de interesse -, a que se associou, três anos mais tarde o Centro Interpretativo¹⁶. Este pequeno Centro complementa as visitas guiadas, que exigem marcação prévia, sendo acompanhadas por monitores da Faculdade de Ciências do Porto (Geologia)¹⁷.

O valor científico, educativo e geoturístico do CMFD, motivando a sua classificação como PNM, manifesta-se ao longo de um percurso de 2 km entre o Castelo do Queijo e os molhes de Felgueiras e do Norte, de fácil acessibilidade, contribuindo para divulgar e fomentar a preservação de vestígios que remontam à origem geológica da orla marítima da cidade do Porto.

4.2.2. O património cultural

A ocupação humana desta zona deixou marcas no território, permitindo, o património arquitetónico, e construído presente, compreender a evolução dessa ocupação. Nesta nossa abordagem, faremos uma breve caracterização do património que assume maior destaque, de acordo com um ‘percurso’ sul-norte que se inicia na frente fluvial e

¹⁶. Para mais informação, consultar <https://pgfd.wordpress.com/>. Acesso a 15-01-2023.

¹⁷. <https://lifecooler.com/artigo/atividades/centro-interpretativo-do-passeio-geologico-da-foz-do-douro/417786>. Acesso a 15-01-2023

abrange sobretudo os pontos de interesse da ‘Foz Velha’, terminando no Castelo do Queijo. Começamos, assim, por uma caracterização do património que se enquadra nas freguesias da Foz do Douro e Lordelo do Ouro (de acordo com a divisão prévia à Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro), apresentando-se, na figura 11, alguns dos elementos patrimoniais mais emblemáticos, destacando sobretudo os que integraram o questionário efetuado aos nossos estudantes.

Nesta área começamos por fazer referência a um exemplo de arquitetura militar, o Forte de São João Baptista (já referido no início deste capítulo), classificado como Imóvel de Interesse Público (Figura 12, A,B). Igualmente conhecido por Castelo da Foz, foi construído no séc. XVI e ampliado no XVII, mas foi sofrendo modificações sucessivas, que Moreira (1994) e Barroca (2001) descrevem com pormenor. No seu interior ainda se podem observar “(...) as ruínas da antiga igreja de S. João da Foz, do século. 16, bem como ruínas de um edifício abacial dos beneditinos de Santo Tirso e de uma construção conhecida por Palácio de D. Miguel da Silva, ambas também do século 16”¹⁸.

Tendo servido, durante o Cerco do Porto (1832-33), para protecção e armazenamento dos abastecimentos à cidade, manteve-se como estrutura militar até meados do século XX. Após um período de ‘abandono’, foi recuperado pela Câmara Municipal do Porto e está atualmente ocupado pela sede do Instituto da Defesa Nacional, mas é sede de um vasto conjunto de atividades e eventos promovidos essencialmente pela União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, onde se destacam o Foz’Arte, a Foz Literária ou a Foz Arquitetura¹⁹. Junto às muralhas, na Esplanada do Castelo, instalou-se o *Lawn Tennis Clube da Foz* (Figura 12C), cujas instalações se situavam, inicialmente “(...) na Estrada de Carreiros, actual Avenida do Brasil, mais ou menos onde hoje em dia se localiza a pérgula”.²⁰

¹⁸. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=5543. Acesso a 03-02-2023.

¹⁹. Consultar <http://www.aldoarfoznevogilde.pt/pages/417>. Acesso a 12-04-2023

²⁰. <https://www.publico.pt/2002/08/18/jornal/o-grupo-lawntennis-de-carreiros-173775>. Acesso 12-04-2023

Figura 11- Localização do património cultural enquadrado na frente fluvial das freguesias da Foz do Douro e Lordelo do Ouro

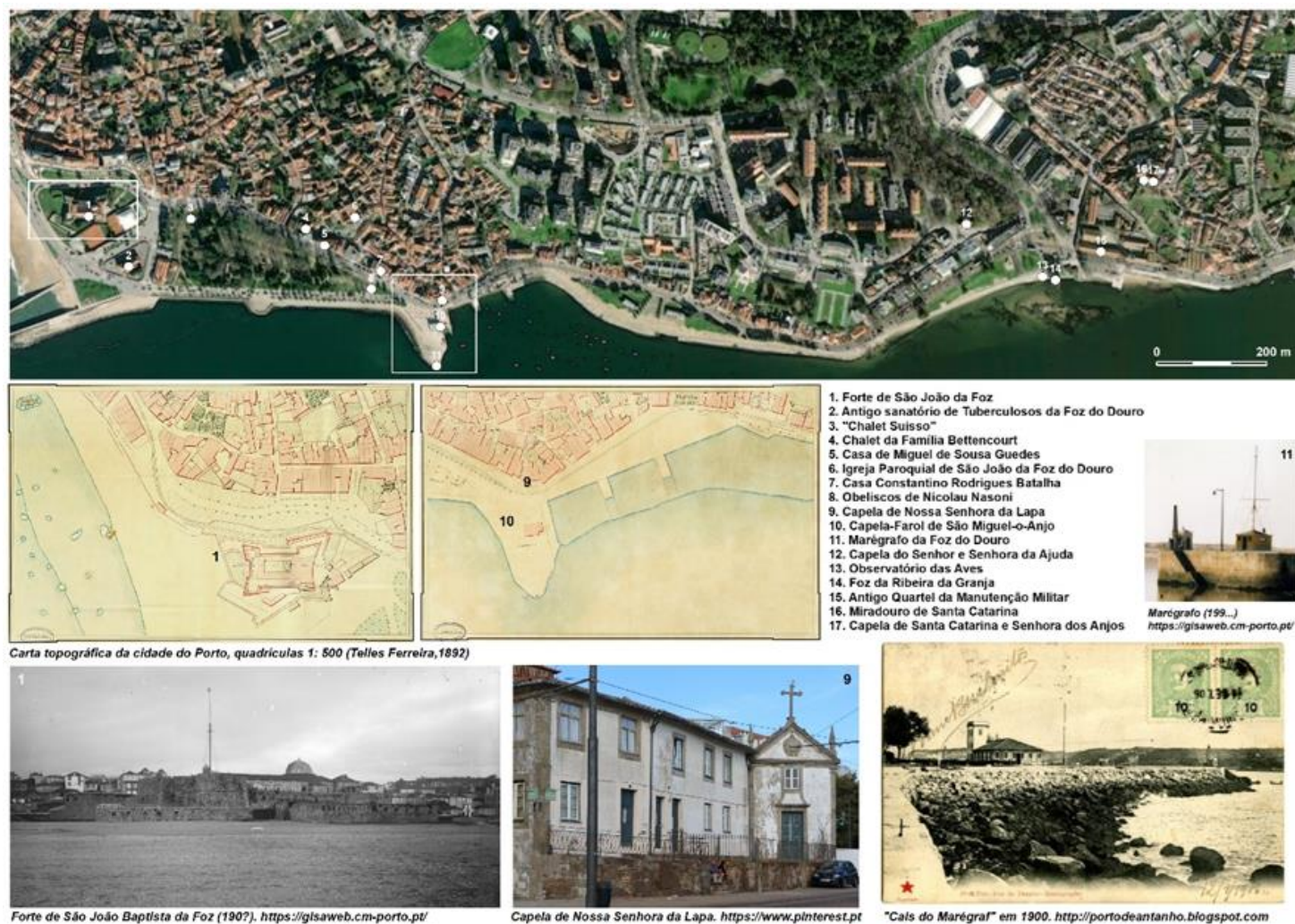
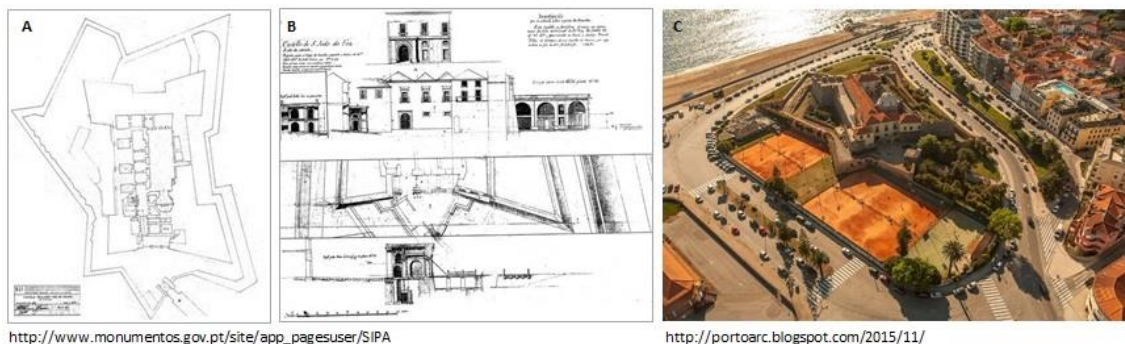


Figura 12- Forte de São João da Foz A. Planta do Forte; B. Alçado do projeto de arquitetura. C. Vista aérea do Forte.



Deslocando-nos para sul, entramos na área que, em 2008, a Direção Regional de Coordenação do Norte propôs como Zona de Proteção Especial (ZEP),

(...) um espaço trapezoidal, plano e ajardinado, voltado para a Foz do Rio Douro e designado por (...) Jardim do Passeio Alegre". Possui dois lagos um designado "A Menina e a Foca", a nascente, com escultura de Dário Boaventura, e outro a poente, com fonte luminosa. Integra ainda o Chafariz do Passeio Alegre, o pavilhão do Chalet Suíço (...) e no vértice mais a nascente os obeliscos da Casa da Prelada (...). A envolver este jardim e para poente o Castelo de S. João da Foz e do lado Nascente junto à marginal do Douro o bico da Cantareira onde está implantado o Farol de S. Miguel o Anjo.²¹

Os imóveis referidos encontram-se classificados como de Interesse Público, integrando, designadamente, dois Obeliscos e o Chafariz que Nicolau Nasoni, no séc. XVIII, havia projetado para os jardins da Quinta da Prelada, sendo posteriormente transferidos (em 1937) para o jardim do Passeio Alegre (figura 13). Neste jardim encontra-se ainda o designado 'Chalet Suisso' à época da sua construção (1873), local de tertúlias literárias onde presenças como Camilo Castelo Branco, Ramalho Ortigão, Alberto Pimentel entre outros, era assídua²². Trata-se de um edifício construído em 'forma octogonal, com cobertura em forma de pirâmide achatada, rematada pela escultura de um carneiro. Atualmente permanece aberto ao público, mas a precisar de remodelação.

²¹. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6142. Acesso 12-04-2023

²². http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=5571. Acesso 15-04-2023

Figura 13- Elementos patrimoniais situados entre o Forte de São João Baptista e o Farol de S. Miguel o Anjo.



Chafariz do Passeio Alegre.
<https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/263114/?q=Jardim+do+Passeio+Alegre>



'Chalet Suíço' (c. 1910) <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/50052/?q=Jardim+do+Passeio+Alegre>



Antigo Sanatório de Tuberculosos da Foz do Douro.
<https://descobrimentosade.pt/>



Obeliscos de Nasoni
<https://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2018/04/obeliscos-da-quinta-da-prelada-porto.html>



Farol de Felgueiras. <https://br.depositphotos.com/stock-photos>



Praia das Pastoras (c.1930)
<https://www.facebook.com/PortoDesaparecido/photos/grupo-de-crian%C3%A7as-na-praia-na-foz-do-douro>



Praia do Ourigo (1906)
<https://gisaweb.cm-porto.pt/>

Embora de menor destaque, é importante referir o edifício onde, durante os meses de verão, funcionava a Colónia Sanatorial Marítima da Foz do Douro, criada em 1916 para a recuperação de pacientes, principalmente crianças com tuberculose - doença que teve uma grande incidência na cidade do Porto -, beneficiando da exposição solar (helioterapia) e do 'ar do mar':

O objectivo deste projecto era o de retirar as crianças do seu "habitat" doentio onde eram frequentes os cenários de fome e pobreza generalizada. As crianças eram divididas em turmas, quedando-se aí durante um mês até serem substituídos por outra turma. O ciclo de internamentos durava de Julho a Outubro. Além do contacto com o mar e sol, as crianças faziam 4 refeições diárias, repousavam e brincavam e faziam os tratamentos correspondentes (Vieira, 2011, p.12)

A proximidade das praias era fundamental para o tratamento das crianças, designadamente a das Pastoras, situada mesmo em frente ao 'sanatório'. Daqui, podemos observar e percorrer o Molhe de Felgueiras – 'integrado no plano do engenheiro Reinaldo Oudinout para melhorar a navegabilidade do Douro'²³ - em cujo extremo vamos encontrar o Farolim com o mesmo nome (Farolim de Felgueiras), construído no final do século XIX. É um sítio que atrai a população da cidade, principalmente durante as tempestades, pelo espetáculo fantástico que propicia (cf. figura 13).

Continuando o nosso percurso, concluímos o sector sul com a pequena área, já incluída na Cantareira, que abrange a Capela de Nossa Senhora da Lapa e o Farol/Capela de São Miguel-o-Anjo, salientando, ainda o marégrafo da Foz do Douro (cf. figura 11).

A Capela de Nossa Senhora da Lapa, padroeira dos mareantes, foi construída em meados do século XIV, tendo sofrido ao longo do tempo várias remodelações. Trata-se de um edifício religioso muito simples, de planta retangular, cuja fachada lateral se apoia "(...) numa plataforma em granito que se prolonga constituindo um pequeno adro vedado"²⁴ (cf. figura 11).

²³. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5514. Acesso 15-04-2023

²⁴. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=16943. Acesso 15-04-2023

Mesmo em frente, deparamos com a plataforma onde se encontra o Farol/Capela de São Miguel-o-Anjo. Datado de 1527 é o farol mais antigo existente em Portugal, tendo sido mandado construir por D. Miguel da Silva (futuro bispo de Viseu), visando implementar “(...) a regularização desta área da barra do Douro e ao mesmo tempo, promovê-la em termos de organização e segurança, no acesso das embarcações e dos navegantes” (Souza, 2015, p.168). O Farol foi desativado nos meados do séc. XVII, mantendo-se apenas a utilização da Capela e, em 1841, seria construído um edifício anexo à Capela-Farol para instalar um posto da Guarda-Fiscal, aí funcionando atualmente uma secção do Instituto de Socorros a Náufragos. Recentemente foi alvo de remodelação.

Antes de passarmos à secção norte do nosso ‘percurso’, é fundamental fazer referência ao designado Conjunto de Interesse Público da Foz Velha e respetiva Zona Geral de Proteção, definido pela Portaria n.º 323/2013, em que se salienta constituir

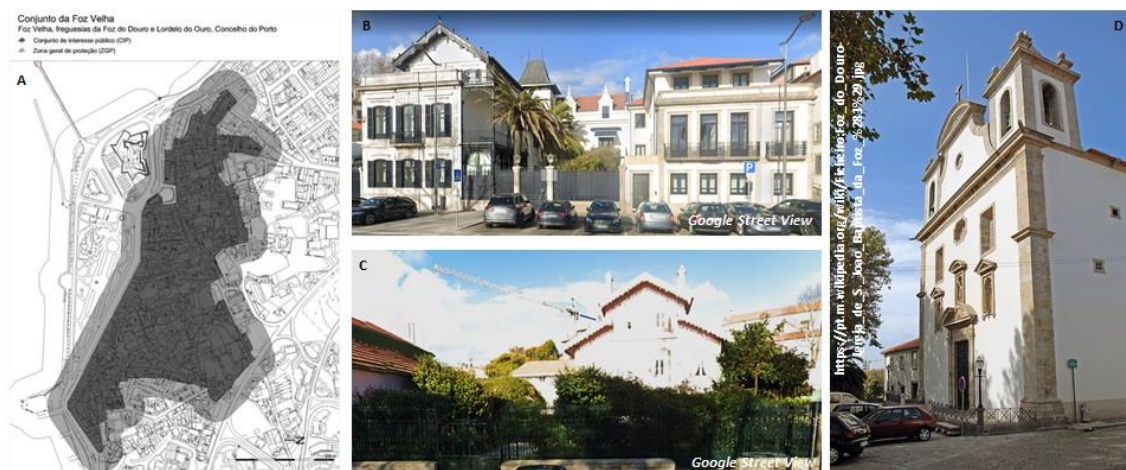
(...) um agregado eclético de centros habitacionais que expressa, com notável coerência, o seu longo percurso histórico, desde o núcleo piscatório de matriz medieval até ao moderno espaço de prestígio burguês. O contraste de linguagens que testemunha esta transição nunca chega a representar uma verdadeira rutura, já que as mudanças foram feitas progressivamente e à escala pontual dos edifícios, permitindo uma integração natural da «novidade» nas pré-existências. Este lento processo de transformação conferiu à Foz Velha invulgar densidade histórica e grande capacidade evocativa dos ambientes urbanos antigos.

Deste conjunto (Figura 14A) fazem parte alguns dos edifícios que integramos no questionário aplicado aos nossos alunos, designadamente a Casa Constantino Rodrigues Batalha (Figura 14B), o Chalet da Família Bettencourt (Figura 14C) ou a Igreja Paroquial de São João da Foz do Douro (figura 14D).

O percurso que se desenvolve para norte, corresponde essencialmente ao que designamos por ‘Foz Nova’. Podemos considerar que se desenvolve, a partir da ligação feita através da Rua Coronel Raúl Peres (antiga Rua da Praia), ao longo das avenidas do Brasil e Montevideu, destacando-se sobretudo por um património associado a algumas moradias antigas e elementos ‘decorativos’ do passeio marítimo, culminando no Forte

de Forte de São Francisco Xavier (Castelo do Queijo), sendo toda esta área também classificada como Conjunto de Interesse Público (Portaria nº 574/2011 de 6 de junho)²⁵.

Figura 14- Conjunto de Interesse Público da Foz Velha.



Uma das imagens mais associadas a este sector, é a ‘Pérgola da Foz’. Construída por volta de 1930, integrava o ‘Projeto de melhoramentos e embelezamento da Avenida Brasil’, que incluía varandins, escadarias e rampas que permitem o acesso às praias, designadamente à praia do Molhe (figura 15).

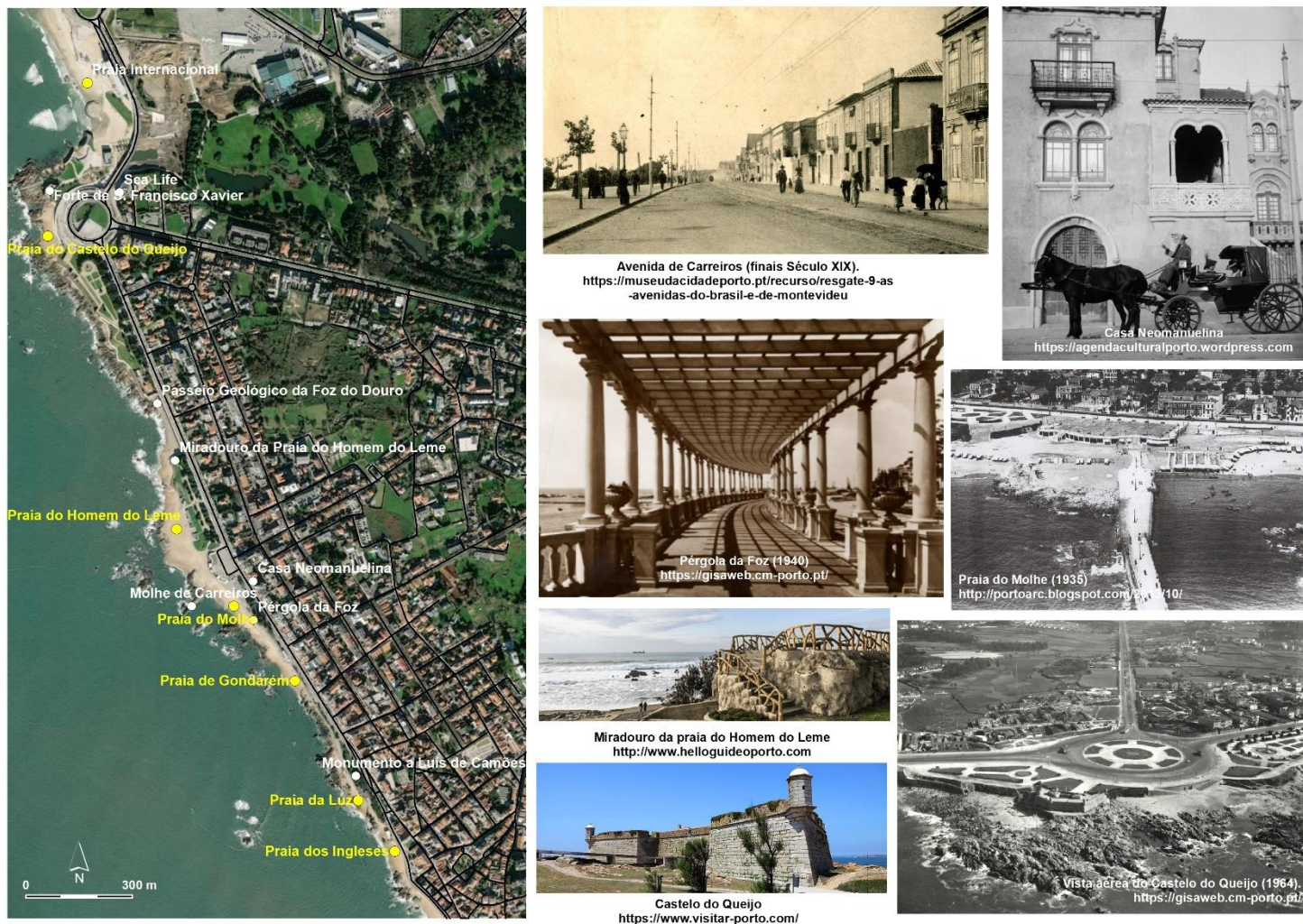
Para além do varandim sobranceiro a esta praia, o mais amplo de toda a área, destaca-se aqui o Molhe de Carreiros, que haveria de dar existência ao Porto com o mesmo nome, que detinha “(...) uma importância fundamental para embarques e desembarques de mercadorias e passageiros, quando tal se mostrava impossível de ser executado, durante os temporais que assolavam a entrada da barra do Douro”, numa altura em que o Porto de Leixões era ainda um projeto²⁶.

Atravessando a estrada, podemos observa a Casa Neomanuelina (ou do Relógio), localizada no nº777 da Avenida Brasil, edificada em 1907. Possui elementos decorativos

²⁵. Não será feita aqui referência a alguns dos elementos que integramos no questionário aplicado, nomeadamente ao *Sea Life*, Terminal de Cruzeiros ou à ‘Anémona’, visto que são bastante recentes e genericamente (re)conhecidos.

²⁶. <http://portodeantanho.blogspot.com/2019/07/2558-o-molhe-de-carreiros.html>. Acesso a 25-02-2023

Figura 15- Património da secção norte da área em estudo: avenidas Brasil e Montevideu.



característicos do período referido como cordas, elementos naturalistas, esferas armilares, colunas torsas e arcos contracurvados²⁷. Observam-se, ainda, painéis de azulejo com imagens alusivas aos Descobrimentos, mas, infelizmente, esta casa encontra-se em avançado estado de degradação há vários anos.

Já na Avenida Montevideu, merece referência o Miradouro da Praia do Homem do Leme, uma estrutura construída em cimento armado imitando troncos e ramos de árvores, que fazia parte de um palacete (n.º 236) – provavelmente construído na última década do séc. XIX e propriedade da família de Rui Moreira desde 1906 - agora transformada em hotel de luxo (Vila Foz Hotel & Spa).

Aliás, nesta avenida existem, para além do anterior edifício, outros exemplos arquitetónicos marcantes, que, como referimos, estão classificados no quadro de Conjunto de Interesse Público (figura 16.) Destacá-íamos, por exemplo, o palacete que foi ocupado pelo restaurante Dom Manoel (n.º 384) – agora fechado e encontrando-se o edifício à venda - ou a ‘casa’ outrora pertencente ao segundo Conde de Vizela e concluída em 1947 (Tavares, 2021), situada mesmo no final da avenida e agora ocupada por uma clínica de oftalmologia.

Figura 16- Planta de delimitação do Conjunto de Interesse Público e palacetes da Avenida Montevideu



²⁷. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5504. Acesso a 25-02-2023.

Terminando o nosso percurso patrimonial, chegamos ao Forte de S. Francisco Xavier, já caracterizado na parte inicial do presente capítulo. A partir daqui, entramos, praticamente, nos domínios do concelho de Matosinhos.

4.2.3. A “Foz”. Uma zona de lazer e de turismo balnear

Atualmente, os espaços públicos marginais, nomeadamente as Avenidas do Brasil e de Montevideu são utilizados pelos portuenses e pelos turistas para atividade de lazer como caminhar ou correr ao longo do passeio marítimo, pedalar na ciclovia ou frequentar as esplanadas existentes, aproveitando, todos eles, para apreciar o património paisagístico deste local.

Esta frente de mar constitui uma significativa mais-valia para a qualidade de vida dos cidadãos, sobretudo dos residentes na área urbana do grande Porto, seja pela zona de lazer proporcionada, seja sobretudo pelos benefícios para a saúde provenientes do ambiente marítimo, sendo de destacar o facto de as suas praias possuírem condições óptimas para a prática balnear (Vasconcelos, Rios e Dias, 2011, pág. 4).

A Foz mantém a função de zona balnear, mas atualmente a uma escala mais local. Nesta frente marítima localizam-se 10 praias, agrupadas em 4 Zonas Balneares – Foz, Gondarém, Homem do Leme, e Castelo do Queijo):

- A zona balnear da Foz, constituída por 5 praias (Luz, Ingleses, Ourigo, Carneiro e Pastoras), estende-se desde a Rua da Senhora da Luz e os molhes de Felgueiras e do Norte, junto ao Forte de S. João da Foz.
- A zona balnear de Gondarém, envolvida pela emblemática Pérgola da Foz e os jardins da Avenida do Brasil, engloba duas praias (Molhe e Gondarém). Esta zona balnear estende-se desde o paredão do Molhe até à língua de areia de onde ressaltam dois arcos de abrasão marinha.
- A Zona Balnear do Homem do Leme, é constituída pela praia com o mesmo nome, cuja paisagem é dominada por diferentes tipos de rochas de elevada complexidade, sendo constituída por areia de grão médio e pela praia do Aquário, situada mais a norte, confrontando com a avenida de Montevideu;

- A Zona Balnear do Castelo do Queijo, que confronta com o final da Avenida da Boavista e cuja paisagem é dominada por afloramentos rochosos que envolvem o areal. Desta zona balnear faz parte apenas uma praia, localizando-se mais a norte, junto a Matosinhos. O nome desta praia deve-se ao facto de estar localizada junto ao Forte de São Francisco Xavier (Castelo do Queijo).

Desde 2008, o Porto tem praias com o galardão Bandeira Azul, tendo este galardão sido atribuído, em 2022, a todas as zonas balneares. A praia de Matosinhos não tem obtido, nos últimos anos, o galardão Bandeira Azul existindo, no entanto, 11 outras praias do município que obtiveram este galardão.

A Bandeira Azul é um certificado de qualidade ambiental atribuído anualmente pela Foundation for Environmental Education (FEE) a praias (marítimas e fluviais), que cumpram um conjunto de critérios (que constituem os pressupostos de atribuição) nas áreas da Informação e Educação Ambiental, Qualidade da Água, Gestão Ambiental e Equipamentos e Segurança e Serviços. O objetivo do cumprimento destes critérios é uma gestão sustentável do território interface terra/mar, tornando possível a coexistência do desenvolvimento local a par do respeito pelo ambiente, assim como elevar o grau de consciencialização dos cidadãos em geral e das entidades gestoras em particular, para a necessidade de se proteger os ecossistemas marinhos e terrestres.

Salienta-se, também, o facto de nesta orla marítima, existirem 2 praias classificadas como Praia Acessível – a praia do Carneiro e a praia do Homem do Leme. O Programa ‘Praia Acessível - Praia para Todos!’ desenvolve-se desde 2005, no âmbito de uma parceria institucional, que reúne o Instituto Nacional para a Reabilitação, a Agência Portuguesa do Ambiente e o Turismo de Portugal. O objetivo central deste Programa “(...) é dotar as zonas balneares de um conjunto de condições que permitam o seu uso universal, sem que se ponha em causa a idade e as dificuldades de locomoção ou mobilidade” (www.turismodeportugal.pt).

As condições que determinam a atribuição do galardão “Praia Acessível” exigem que tenha um fácil acesso pedonal, estacionamento ordenado com lugares para as viaturas ao serviço das pessoas com deficiência, acesso à zona de banhos de sol por nível, por

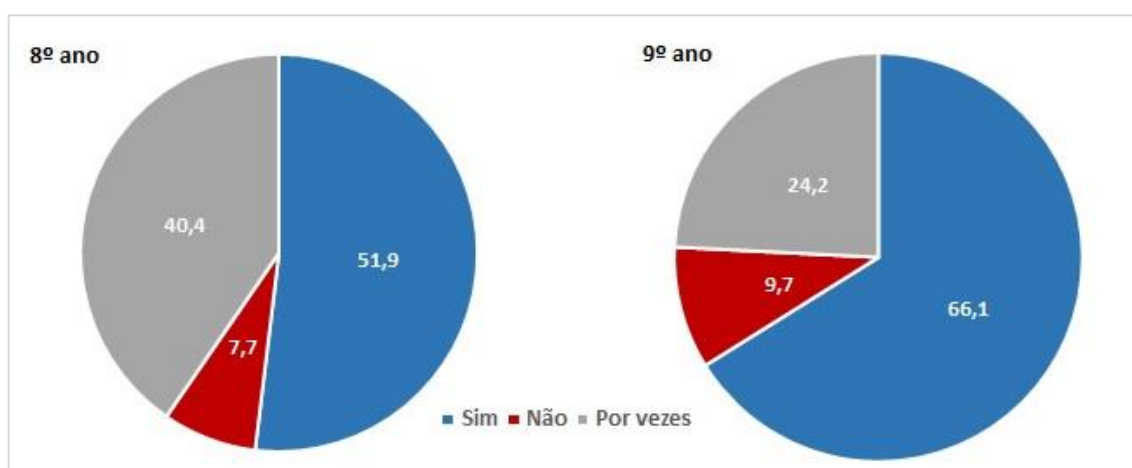
rampa ou com recurso a meios mecânicos e passarelas no areal, sanitários e posto de socorros acessíveis. A existência de equipamentos que permitam o acesso ao banho, ou ao passeio na praia - cadeiras de rodas, canadianas e andarilhos anfíbios – embora não constituam um requisito obrigatório para a obtenção do galardão, apresenta-se como uma mais-valia recomendada pelo Programa.

5. Apresentação e análise de resultados

Neste último capítulo, procedemos à interpretação das respostas dadas pelos nossos alunos ao questionário aplicado, visando analisar o seu conhecimento sobre o litoral da cidade do Porto, uma vez que esta área constitui o território de vivência da maior parte. Uma vez que utilizamos o primeiro grupo de questões para caracterizar o público-alvo (capítulo 3), iniciamos a nossa análise pelo 2º grupo de questões.

Centrando-nos sobre o ‘hábito’ de frequentar a área litoral do Porto (questão 6), verificamos que, tendo em conta o total de alunos do 8º e 9º ano, a maior parte (60%) responde afirmativamente, a que se associam 32% que o fazem ‘por vezes’ e apenas 9% não a costumam frequentar. No entanto, analisando a informação por ano de escolaridade observam-se algumas diferenças (gráfico 4), que consideramos associadas ao facto de ser maior a percentagem de alunos do 9º ano que residem nas freguesias mais próximas da ‘Foz’ ou em Matosinhos (72,6%).

Gráfico 4- Resposta à questão ‘Costuma frequentar a área litoral do Porto?’, por ano de escolaridade.

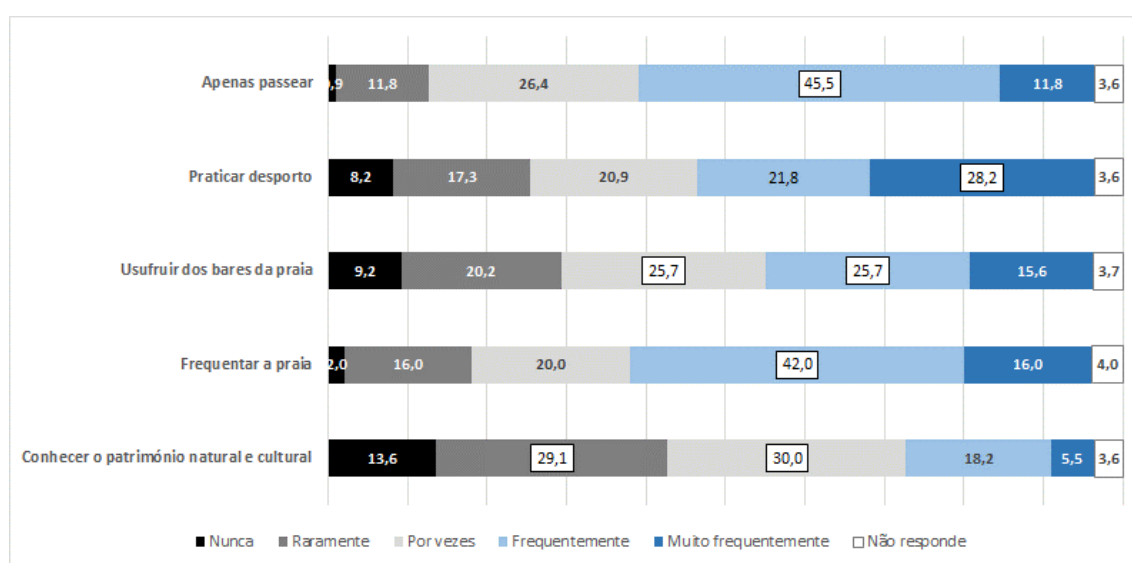


Fonte: Questionário aplicado aos alunos, 2022.

Sobre o tipo de atividades que costumam efetuar nesta área do litoral e a periodicidade com que as realizam (questão 7) - objetivando perceber o seu usufruto enquanto espaço de lazer -, verificamos que ‘passear’ e ‘frequentar a praia’ se destacam no contexto das opções que definimos no questionário (gráfico 5). A ‘prática de desporto’ reúne

igualmente bastantes adeptos - 50% associando os que o fazem frequentemente (F) e muito frequentemente (MF) -, observando-se que utilização dos ‘bares de praia’ tende a ser menor, talvez pela idade dos alunos, associada igualmente aos preços praticados nestes estabelecimentos, pelo que talvez optem por levar de casa ou adquirir bens alimentares em outros locais. No entanto, cerca de 40% utilizam estes bares F e MF, não ignorando que estes alunos se integram em famílias socioeconomicamente favorecidas.

Gráfico 5- Resposta à questão ‘Com que frequência pratica as seguintes atividades de lazer?’



Fonte: Questionário aplicado aos alunos, 2022

Como inicialmente prevíamos, ‘conhecer o património natural e cultural’ é a prática que reúne menor interesse: cerca de 43% dos alunos ‘nunca’ ou ‘raramente’ o faz, apesar de ser de destacar os 30% que ‘por vezes’ procuram conhecer o património desta área, bem como os 18,2% que ‘frequentemente’ manifestam o seu interesse. As características específicas desta área – tradicionalmente ligada ao turismo balnear -, a que também podemos associar o facto da maior parte dos alunos residir nas freguesias que a enquadram – pelo que podem já conhecer algum do património existente -, podem explicar esta aparente indiferença. Mas deixámos esta discussão em suspenso, retomando-a quando analisarmos as respostas à questão 14.

Retomando o nosso questionário, solicitamos aos alunos que indicassem a(s) praia(s) que conhecem melhor (questão 8), assim como as que utilizam preferencialmente para

a prática balnear (questão 11), fornecendo-lhes uma imagem com a sua localização (figura 17).

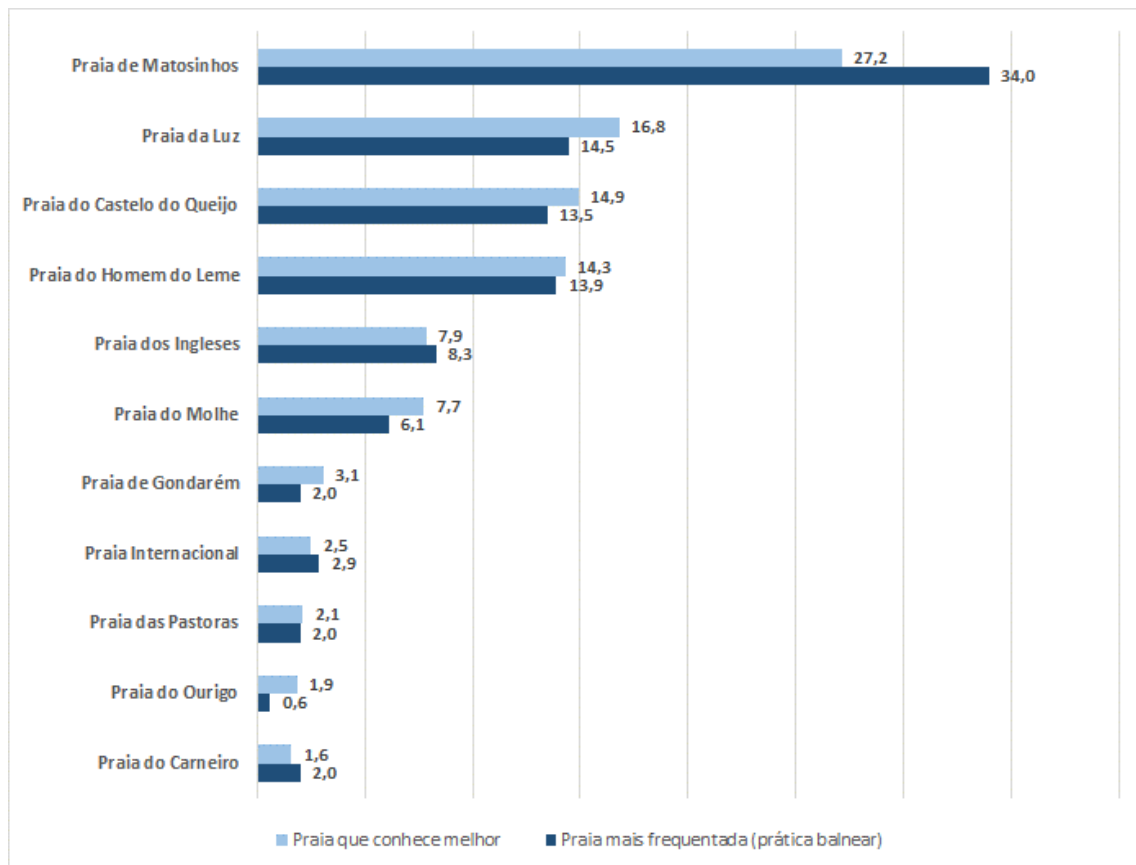
Figura 17- Localização das praias referidas no questionário.



Fonte: Elaboração própria

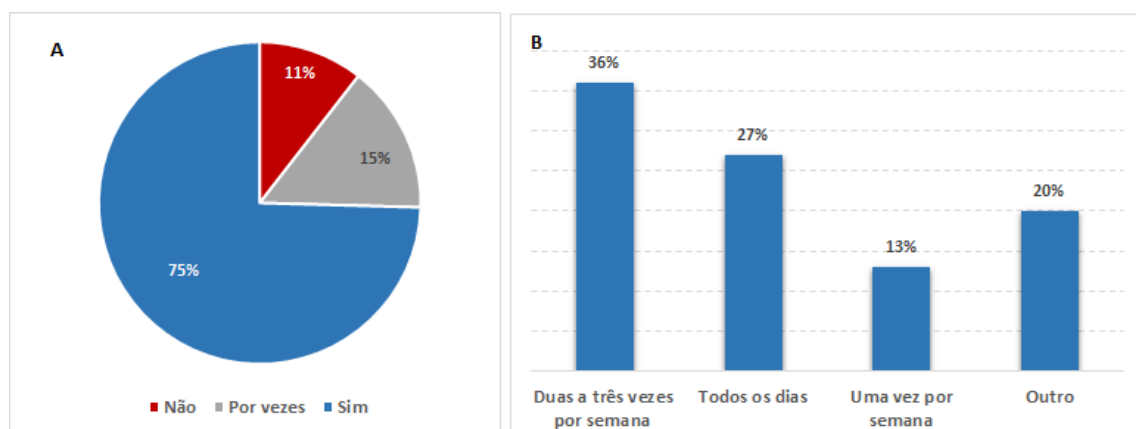
Pesem algumas pequenas diferenças entre os alunos do 8º e 9º anos de escolaridade, é notória a referência à praia de Matosinhos, à qual se seguem, em percentagens significativamente inferiores, a praia da Luz, do Castelo do Queijo e do Homem do Leme (gráfico 6). Estas são igualmente as praias que mais costumam frequentar, embora neste caso a do Homem do Leme assuma a terceira posição, enquanto as ‘menos atrativas’ para a prática balnear são as do Ourigo (0,6%), Gondarém, Carneiro e Pastoras (todas com 2%). Note-se que 75% dos alunos referem que utilizam estas praias durante o verão e 15% o fazem ‘por vezes’ (questão 9), a maior parte duas a 3 vezes por semana (36%), mas 27% com frequência diária (questão 10), até pela proximidade à área de residência (gráfico 7).

Gráfico 6- Resposta às questões ‘Indique, considerando o mapa apresentado, a(s) praia(s) que conhece melhor’ (nº 8) e ‘a(s) que utiliza preferencialmente’ (nº11).



Fonte: Questionário aplicado aos alunos, 2022.

Gráfico 7- Respostas às questões ‘Durante os meses de verão costuma frequentar as praias?’ (A) e ‘Se respondeu 'sim' ou 'por vezes', indique com que frequência’ (B).



Fonte: Questionário aplicado aos alunos, 2022.

Fazendo um paralelismo entre a localização das praias e as respostas obtidas, verifica-se que há uma tendência de decréscimo da sua frequência, de norte para sul, o que pode ser atribuído à própria dimensão dos areais – que tende a diminuir no mesmo sentido – mas também pelos apoios de praia e atividades promovidas (figura 18).

Efetivamente, a praia de Matosinhos é a que detém maior área, podendo mesmo considerar-se que se estende até à Internacional, possuindo uma série de infraestruturas de apoio ao lazer e uma ligação direta ao Parque da Cidade. Por outro lado, estas ‘duas’ praias acolhem vários torneios de Andebol, Futebol, Voleibol, Rugby e Ténis de Praia, alguns de nível internacional, assim como, principalmente o sector mais a sul, se transformou numa área privilegiada para a prática de *Surf*, durante todo o ano. As praias da Luz e do Homem do Leme, apesar de mais pequenas - principalmente a primeira -, destacam-se sobretudo pela presença de bares de praia.

As respostas às questões 12 e 13, relacionadas, respetivamente, com perceção que os estudantes têm sobre as características destas praias e a forma como delas usufruem, permitem-nos perceber melhor as suas preferências e a importância que lhes conferem.

Em termos globais, e pese o facto de em alguns momentos (principalmente ao fim-de-semana) estas praias terem um elevado número de utentes – igual percentagem dos inquiridos (36%) aponta a sua sobrelotação, mas ‘nem sempre’ tal se verifica - podemos observar que são consideradas locais seguros, embora com algumas limitações (gráfico 8): 78% afirma que possuem nadador-salvador e equipamento salva vidas em serviço, mas 45% referem que estes profissionais nem sempre impedem/controlam atividades suscetíveis de incomodar ou pôr em causa a segurança dos utentes, tais como circulação de veículos motorizados ou a presença de animais²⁸. De igual forma, a maior parte salienta que possuem um local para prestação de primeiros socorros, mas 30% afirma que tal não é generalizado.

²⁸. Embora esta função faça parte dos ‘deveres especiais’ do nadador-salvador (Artigo 28º da Portaria n.º 311/2015), prevê-se apenas sua colaboração, “a título excecional e sem prejuízo da observância do seu dever prioritário de vigilância e socorro, em operações de proteção ambiental, bem como em ações de prevenção de acidentes em locais públicos, de espetáculos e divertimento, bem como locais para banhos, mediante solicitação das autoridades competentes”.

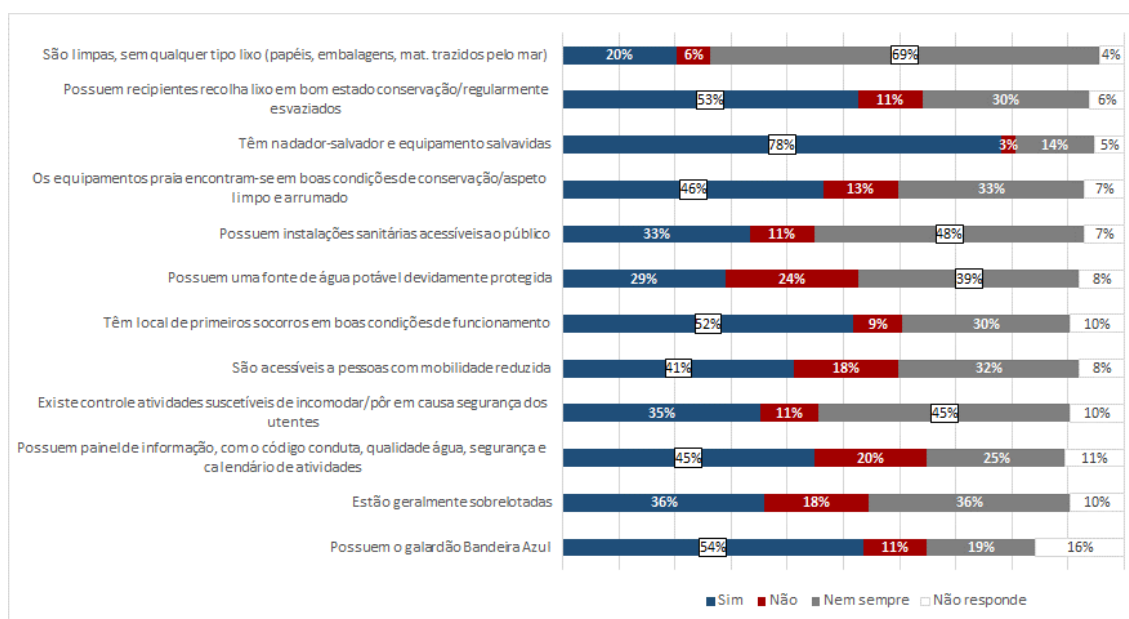
Figura 18- Enquadramento das praias em estudo e respetivas áreas e capacidade de carga.



Fonte: *Google Earth*; Programa da Orla Costeira Caminha-Espinho, 2021.

No que concerne à limpeza do areal, os alunos afirmam que nem sempre se encontra nas melhores condições (quase 70%), apesar da maior parte possuir ‘recipientes de recolha lixo em bom estado conservação, regularmente esvaziados’.

Gráfico 8- Resposta à questão ‘A(s) praia(s) referida(s):’



Questionário aplicado aos alunos, 2022

Relativamente aos equipamentos de praia, 46% afirma que se encontram em bom estado de conservação e com um aspeto limpo e arrumado, embora 33% saliente que nem sempre tal se observe. A presença de ‘painéis de informação, com o código conduta, qualidade água, segurança e calendário de atividades’ divide os inquiridos, apesar de cerca de metade assinalar a sua existência (figura 19 e 20).

Neste contexto, podemos igualmente referir que a opinião sobre a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida é bastante díspar: embora a maior parte assinalasse positivamente este aspeto, 32% afirma que ‘nem sempre’ tal ocorre e 18% considera mesmo que não existem condições de acesso para estes utentes. No entanto, é importante relembrar que a zona balnear do Homem do Leme e a praia do Carneiro, (pertencentes à Zona Balnear da Foz) possuem o galardão de praia acessível, estando por isso equipadas com diversos equipamentos específicos para utentes com mobilidade condicionada, nomeadamente instalações sanitárias adaptadas, rampas de

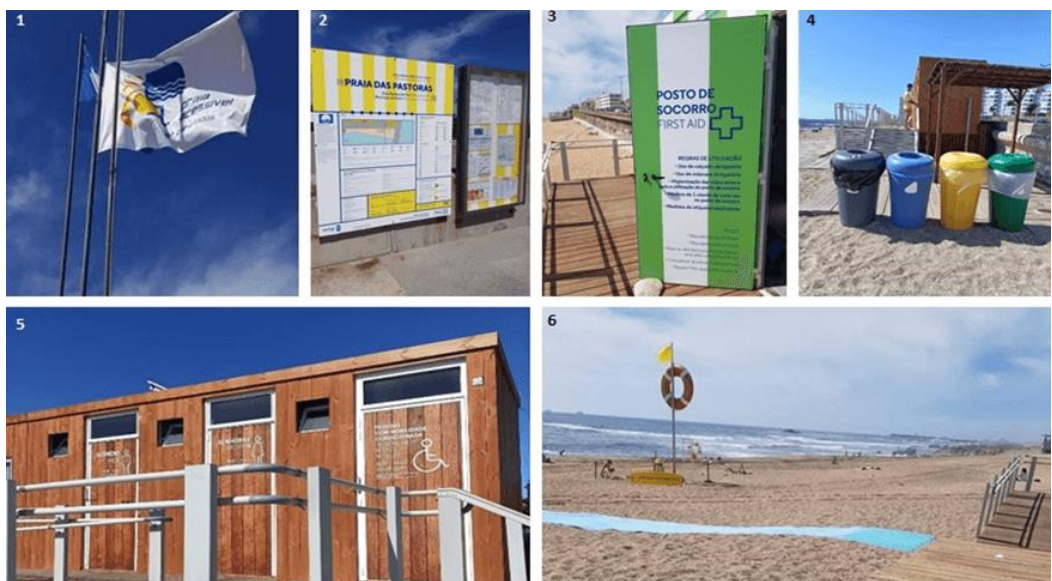
acesso ao areal, *tiralôs* que possibilitam o acesso ao mar por estes utentes e passadeiras que permitem a circulação de cadeiras de rodas sobre a areia.

Figura 19- Exemplo dos serviços e equipamentos existentes na Praia do Homem do Leme



Fonte: www.aguasdoporto.pt

Figura 20- 1. Galardão 'Praia Acessível' e Bandeira Azul na Praia do Carneiro; 2. Painel Informativo (Praia das Pastorais); 3. Posto de primeiros socorros (Praia de Carneiro); 4. Recipientes de recolha de seletiva de resíduos (Praia do Carneiro); 5. Instalações sanitárias (Praia do Carneiro); 6. Posto salva-vidas e faixa de acesso ao areal por cadeira de rodas (Praia do Carneiro).



Fonte: Autora

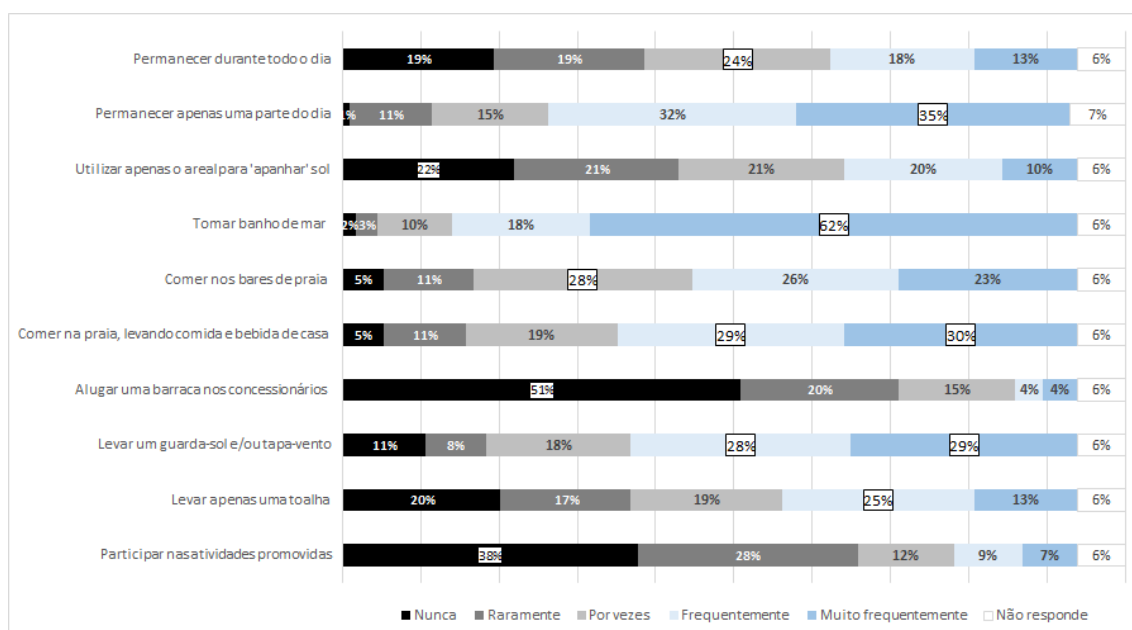
Os aspetos mais críticos centram-se sobre a (in)existência de ‘instalações sanitárias acessíveis ao público’ e ‘fontes de água potável devidamente protegidas’: em ambos os casos mais de 60% dos estudantes declaram que ‘não’ ou ‘nem sempre’ estão disponíveis. Estes aspetos não cumprem os requisitos necessários à atribuição do galardão de Bandeira Azul, que cerca de 55% dos alunos salienta como presente.

Os resultados obtidos da análise a estas características das praias que integram o nosso estudo de caso, parecem refletir mais a opinião relacionada sobretudo com a(s) praia(s) mais frequentada(s) pelo próprio aluno, do que o conhecimento efetivo da sua realidade. Se analisarmos os critérios imperativos para a atribuição do galardão de Bandeira Azul ²⁹, verificámos que estas praias têm de possuir inúmeras valências, como por exemplo: têm de ser mantidas limpas e possuir recipientes para recolha seletiva de resíduos em boas condições de manutenção e regularmente esvaziados; deter instalações sanitárias em número suficiente e em boas condições de higiene e de manutenção, tendo de ser garantido um destino final adequado para as suas águas residuais (critérios relativos à Gestão Ambiental e Equipamentos); realizar e promover atividades de Educação Ambiental; fornecer informação sobre a localização dos serviços e os equipamentos da zona balnear, as áreas sensíveis e ecossistemas na área da praia, bem como sobre o comportamento a assumir perante os mesmos (critérios relativos a Informação e Educação Ambiental); têm de garantir nadadores-salvadores em serviço durante a época balnear, com o respetivo equipamento de salvamento, bem como serviço de primeiros socorros; possuir uma fonte de água potável, devidamente protegida e pelo menos uma das praias do município tem de estar equipada com rampas e instalações sanitárias para deficientes motores (critérios relativos a Segurança e Serviços); assim como dar cumprimento às normas e legislação nacional e do Programa Bandeira Azul relativas a eventuais descargas de águas residuais industriais ou urbanas na área da praia (critérios relativos à Qualidade da Água). Estas praias destacam-se pelas boas práticas desenvolvidas neste âmbito.

²⁹. Toda a informação relativa aos critérios de atribuição do Galardão Bandeira Azul poderão ser consultados em <https://bandeiraazul.abae.pt/sobre/#critérios>.

De qualquer modo, a forma como usufruem destas praias também condiciona a sua percepção, como podemos observar pelas respostas à questão 13 (gráfico 9). Note-se, por exemplo, que apenas cerca de 30% dos alunos permanece na praia todo o dia (somando as percentagens dos alunos que respondem F e MF), ascendendo a quase 70% aqueles que a utilizam apenas uma parte. Verifica-se, ainda, que cerca de 80% ‘nunca ou raramente’ toma banho de mar, frequentando a praia apenas para apanhar sol.

Gráfico 9- Resposta à questão “Quando utiliza estas praias, durante os meses de verão, costuma:”.



Questionário aplicado aos alunos, 2022.

Este aspeto pode estar associado a vários fatores, entre os quais se pode considerar a falta de confiança nas informações que são fornecidas pelas entidades responsáveis sobre a qualidade da água, pese o facto destas praias, só revelarem, pontualmente, "(...) valores microbiológicos acima dos parâmetros de referência, encontrando-se a água imprópria para banhos"³⁰. No entanto, esta informação está disponível para consulta no Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos (SNIRH), podendo ser facilmente

³⁰. Ver, por exemplo: <https://portocanal.sapo.pt/noticia/304246>

acedida (figura 21), verificando-se que a qualidade da água tem evoluído positivamente nos últimos anos.

Figura 21- Exemplo da informação relativa à qualidade das águas para as praias urbanas do Porto, para a época balnear de 2022 e respetivo histórico.



Fonte: Adaptado de <https://snirh.apambiente.pt/index.php?idMain=1&idItem=2.1>

Relativamente à frequência dos bares de praia, mantém-se a tendência já observada anteriormente, embora quase 60% dos alunos prefira levar comida/bebida de casa e, dos que ‘nunca’, ‘raramente’ e ‘por vezes’ o fazem, talvez se incluíam os que apenas frequentam a praia uma parte do dia, pelo que esta questão não se coloca.

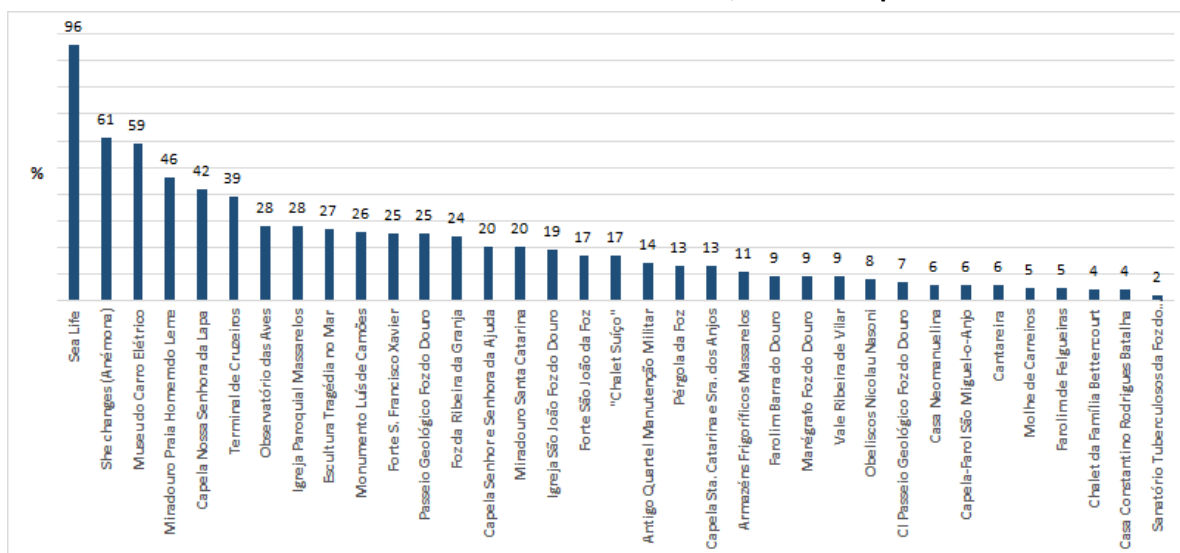
Se recuarmos no tempo e recordarmos as ‘práticas’ da frequência balnear, este é um dos aspetos que se alterou bastante, assim como o ‘alugar de uma barraca nos concessionários’. Efetivamente, no tempo dos nossos avós/pais (dependendo da geração em que nos integramos), este hábito era comum à maior parte das famílias. Aliás, era frequente o aluguer ser quase ‘permanente’ de ano para ano, sendo sempre a mesma barraca até pelas amizades que se construíam e permaneciam, pelo que o próprio ‘concessionário’ garantia essa posição e conhecia bem os seus clientes.

Determinados serviços eram assegurados, nomeadamente o de guardar o ‘saco’ em que as famílias depositavam os artefactos necessários, sem ter de os carregar todos os dias (toalhas, almofadas, cadeiras/mesas, brinquedos...). E os almoços e lanches eram transportados de casa, não se restringindo a ‘sandesh’ ou peças de fruta, mas comida tradicional mantida quente, num ritual que obrigava à presença de pratos, talheres, copos, toalhas...A barraca era um prolongamento da ‘casa de família’!

Estas ‘memórias’ já nada têm a ver com as práticas dos nossos alunos: apenas 8% referem alugar uma barraca F ou MF, optando por levar um guarda-sol e/ou tapa-vento (57%, F e MF), enquanto 38% apenas levam uma toalha. Para além disso, 78% ‘nunca’ ou ‘raramente’ participam nas atividades promovidas nas diversas praias.

Os resultados obtidos acerca do ‘património natural e histórico cultural’ que os alunos conhecem na ‘faixa litoral e fluvial’ que se desenvolve entre a Praia de Matosinhos e o viaduto do Cais das Pedras, foram surpreendentes (gráfico 10).

Gráfico 10- Resposta à questão “Do património natural e histórico cultural existente na ‘faixa litoral e fluvial’ das freguesias área envolvente da faixa litoral e fluvial que se desenvolve entre a Praia de Matosinhos e o viaduto do Cais das Pedras, assinale o que conhece:”



Fonte: Questionário aplicado aos alunos, 2022.

Como se pode verificar, o *Sea Life* foi o mais enumerado (96%), a que se seguem o *She changes* (Anémone), o Museu do Carro Elétrico, o Miradouro da praia do Homem do Leme, a Capela de Nossa Senhora da Lapa e o Terminal de Cruzeiros. Ou seja, sítios de

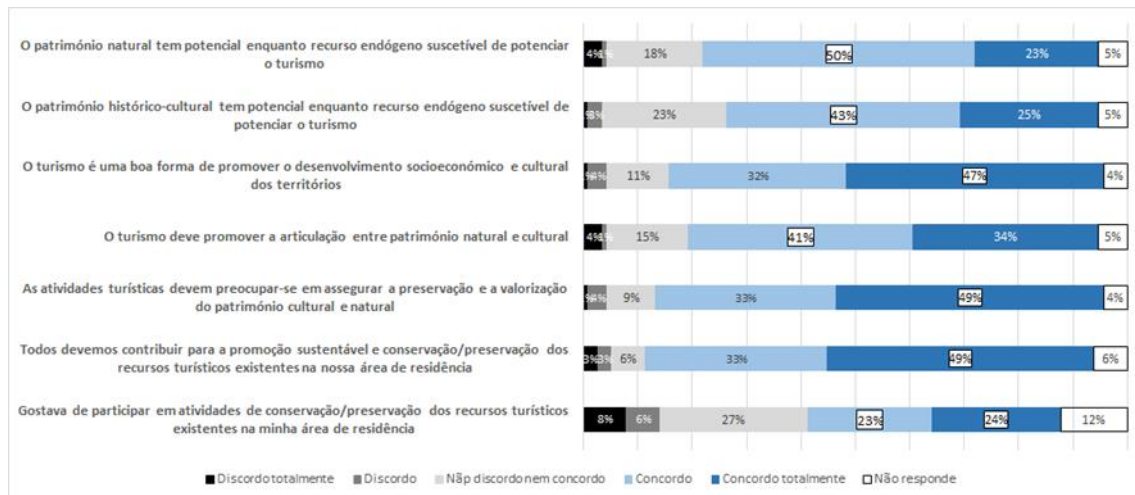
interesse que na maior parte são recentes e que não passam despercebidos pela sua dimensão e divulgação. Todos os restantes 29 sítios são (re)conhecidos por menos de 30% dos estudantes, salientando-se, ainda, 13 sítios que apenas são referidos por menos de 10% dos inquiridos.

Destes últimos, alguns dos quais classificados como Imóvel de Interesse Público (IIP) ou Interesse Municipal (IIM), como é o caso de alguns conjuntos localizados na área do Passeio Alegre – designadamente o ‘Chalet Suíço’ e as casas da Família Bettencourt e de Constantino Rodrigues Batalha -, ou mesmo o Antigo Sanatório de Tuberculosos da Foz do Douro, é provável que não tenham sido identificados pelo nome específico. E o mesmo se pode aplicar aos dois fortes, que provavelmente seriam reconhecidos se tivéssemos colocado o nome pelo qual são mais conhecidos - Castelo do Queijo e Castelo da Foz do Douro.

De qualquer modo, à semelhança do que se verificou em trabalhos desenvolvidos no contexto do projeto PROM@TT, a verdade é que muitos alunos conhecem mal a área onde residem ou estudam, assim como demonstram pouco interesse em desenvolver atividades que, à partida, não associam ao lazer.

No entanto, as respostas à última pergunta do questionário (Gráfico 11), revelam um grau de concordância muito positivo sobre o potencial do património como ‘recurso’ turístico e a necessidade de o preservar e valorizar. Para além disso, reconhecem a necessidade de ‘todos’ os residentes em determinada área contribuírem para a sua promoção e conservação, embora o seu envolvimento nestas atividades revele uma menor motivação.

Gráfico 11- Resposta à questão “Assinale o seu grau de concordância/discordância relativamente às seguintes afirmações”



Questionário aplicado aos alunos, 2022.

Considerações Finais

A legislação atual do Sistema Educativo, incorpora uma série de documentos normativos que acentuam a necessidade de definir métodos de ensino ativos, incorporando, designadamente, estratégias que coloquem os alunos perante ‘situações e problemas’ que identifiquem no seu ‘território de vivência’. O projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular vem consolidar esta perspetiva, considerando que permite a definição de ‘respostas curriculares e pedagógicas’ adaptadas ao contexto de cada comunidade educativa, podendo gerir as ‘matrizes curriculares-base’ de acordo com uma gestão pré-definida.

Estas orientações - que discutimos no primeiro capítulo do nosso estudo -, justificam, em parte, o Relatório de Estágio que apresentamos. Efetivamente, consideramos que a área em que se integra o CNSL possui características suscetíveis de responder aos temas e subtemas das Aprendizagens Essenciais do 8º e 9º anos de escolaridade, transformando o território de vivência dos nossos alunos no ‘laboratório’ em que os conceitos geográficos se tornam mais ‘significativos’. Ou seja, se os conteúdos programáticos da disciplina de Geografia estão presentes na área de vivência e no quotidiano dos estudantes, a sua aprendizagem, ao basear-se em exemplos concretos, pode tornar-se mais efetiva.

No entanto, tal propósito só faz sentido se os alunos (re)conhecerem a área onde estudam e, a maioria deles, reside. Assim, foi definido como objetivo principal do nosso trabalho, tal como referido na nossa introdução: analisar o conhecimento e valorização territorial dos estudantes sobre o litoral da cidade do Porto, considerando as suas práticas de usufruto do património natural e histórico-cultural aí existente. Pretendia-se que os estudantes encarassem este(s) património(s) como recursos integrados de desenvolvimento territorial, compreendo como podem contribuir para a sua valorização, preservação e divulgação, no contexto de práticas associadas, nomeadamente, ao Turismo e Lazer.

Como foi referido, a metodologia inicialmente definida para cumprir o nosso objetivo implicava o desenvolvimento de um trabalho-projeto, centrado na área que consistia o

‘laboratório’ de aprendizagem, englobando várias etapas nas quais o trabalho de campo era fundamental, assim como a recolha de documentos e imagens que permitissem analisar a sua evolução espaço-temporal. Questões logísticas e de gestão da própria escola inviabilizaram esta prática, pelo que foi necessário adaptar a nossa metodologia (descrita no capítulo 3) e redefinir os nossos objetivos específicos.

Nesse sentido, procedemos à aplicação de um questionário que nos permitiu avaliar o conhecimento que os alunos possuem sobre a faixa litoral e fluvial da cidade do Porto e, para demonstrar que a aprendizagem se torna mais significativa com exemplos ‘vividos’, os nossos planos de aula - relacionados com os temas, subtemas e conceitos das AE a lecionar – passaram a incorporar aspetos específicos da faixa litoral e fluvial da cidade do Porto, ilustrados com informação por nós recolhida e trabalhada, recorrendo a livros, artigos, imagens e fotografias antigas e recentes, que resumimos no quarto capítulo do nosso relatório.

Os resultados obtidos, descritos no último capítulo, permitem-nos perceber a relação/envolvimento dos estudantes com a área (e respetivo património) onde a maior parte reside e estuda, fazendo-se uma síntese das principais ‘conclusões’:

- A maior parte dos alunos inquiridos frequenta a ‘área litoral do Porto’, sobretudo os que residem nas freguesias que confinam com a faixa marítima e fluvial, sendo inferior a 10% os que referem não o fazer, percentagem que corresponde, aproximadamente, aos que residem em concelhos mais afastados. Nesse sentido, justificar-se-ia a escolha desta área como ‘estudo de caso’, pensando nas inúmeras características que possui associadas aos conceitos expressos nas AE de Geografia.
- Como práticas de usufruto mais citadas salientam-se ‘frequentar as praias e passear’, o que traduz uma marca ‘identitária’ desta área pela sua permanência no tempo, remontando à segunda metade do século XIX e ao desenvolvimento do turismo balnear. No sentido oposto, os estudantes referiram que nunca ou raramente utilizam esta área para conhecer o património natural e cultural, evidenciando nesse sentido, pouco conhecimento acerca do mesmo. No entanto, não descuramos o facto das designações utilizadas para designar os sítios de interesse, não sendo as vulgarmente utilizadas pela

população, possam ter induzido o desconhecimento revelado. Na verdade, durante as sessões letivas em que fomos apresentando as características e elementos que integram a área em estudo, os alunos até comentavam e acrescentavam as suas experiências.

- Relativamente ao Turismo Balnear que se desenvolve nas praias da área analisada, verificou-se que os estudantes inquiridos têm conhecimento e emitem opinião acerca das condições relacionadas com o apoio balnear existente. De qualquer modo, não têm conhecimentos concretos relativamente às condições presentes que fazem com que anualmente lhes seja atribuído o galardão ‘Bandeira Azul’, que representa um símbolo de qualidade ambiental. Os resultados obtidos neste ponto eram expectáveis, uma vez que, pela nossa experiência profissional, os jovens, até de faixas etárias mais elevadas, não estão familiarizados com esta matéria.

À semelhança do que foi observado em projetos desenvolvidos no âmbito do PROM@TT, concluímos que os estudantes que do 8º e o 9º ano de escolaridade do CNSL não possuem um conhecimento aprofundado da paisagem³¹/património geocultural do território em que vivem. No entanto, essa paisagem patrimonial “(...)pode ser (re)descoberta e valorizada através de atividades que ajudam a promover, proteger e revitalizar o seu património enquanto recurso endógeno de desenvolvimento, transformando-se, em simultâneo, num recurso de aprendizagem fundamental.” (Soares e Pacheco, 2019, p. 1425).

Consideramos que o nosso trabalho constitui um contributo para o que poderá ser a flexibilidade curricular, construindo, em torno da ‘Foz, conteúdos articulados e concretos.

³¹ Paisagem entendida como o resultado da articulação entre o Homem, configurando um processo que envolve componentes naturais, socioeconómicas e culturais. (Soares, Pacheco e Lucas (2013).

Referências Bibliográficas

- Almeida, M., [et al.] - *Parecer sobre o Currículo dos ensinos básico e secundário*. Concelho Nacional de Educação, 2018.
- Ausubel, D.P. - *Aquisição e retenção de conhecimentos*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2003.
- Barroca, M. - *As fortificações do litoral portuense*. Lisboa: INAPA, 2001.
- Barros, A. J. - *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.
- Cachinho, H. - Inovações didáticas e ensino da Geografia: do potencial da aprendizagem baseada em problemas. J. Delgado Peña, ML Lázaro y Torres & MJ Marrón Gaité (Eds.). *Aportaciones de la Geografía en el aprendizaje a lo largo de la vida*, Málaga: AGE/APG, 2011, p. 242-257.
- Cachinho, H. - Desafios da Formação em Geografia e na Educação Geográfica, Conhecimento Poderoso e Conceitos Liminares. *Rev.Elet. Educação Geográfica em Foco*. Ano 3, Nº6 Especial, 2º ELG, 2019, p. 1-22.
- d'Oliveira Martins [et al.] - *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação, 2017.
- Dias, C. - O inquérito por questionário: problemas teóricos e metodológicos gerais. Universidade do Porto, 1994. Disponível em: <https://repositorio.aberto.up.pt/bitstream/10216/104265/2/193141.pdetodologia> de recolha de informação
- Domingos, C. - *O Contributo das Missões Religiosas na Educação em Cabo Verde: A Satisfação das Comunidades Educativas. Estudo de Caso da Escola “Amor de Deus” – Praia*. Memória Monográfica apresentada à Universidade Jean Piaget de Cabo Verde para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciências da Educação e Praxis Educativa - Variante Administração Escolar, 2013.
- Fernandes, J. R. - A Foz. *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*. I Série Vol. III, Porto, 1987, p. 13-57.

- Kokotsaki, D., Menzies, V., Wiggins, A. - Project-based learning: a review of the literature. *Improving Schools*, 19 (3), 2016, pp. 267-277.
- Martins, L.P. - Banhistas de mar no século XIX: um olhar sobre uma época. *Revista da Faculdade de Letras: Geografia*. Porto. V. 5, 1989, p.45-59.
- Meyer, J.H.; Land, R. - Threshold concepts and troublesome knowledge: linkages to ways of thinking and practising. In: Rust, C. (ed.), *Improving Student Learning - Theory and Practice Ten Years On*. Oxford: Oxford Centre for Staff and Learning Development (OCSLD), 2003, p. 412-424.
- Monteiro, R. [et al.] - *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. República Portuguesa. XXI Governo Constitucional, 2017.
- Moreira, M. A. (2010). *O que é, afinal, aprendizagem significativa?* Disponível em: moreira.if.ufrgs.br/oqueeafinal.pdf.
- MOREIRA, R. - Um exemplo: São João da Foz, de igreja a fortaleza. *Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 57-70.
- Mota, R. M. - *O colégio de Nossa Senhora de Lourdes*. Porto, 2004.
- Moura, N. A. - *A Foz do Douro: evolução urbana*. Dissertação de Mestrado em Planeamento Urbano e Regional, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.
- Pacheco, J.; Maia, I. - Para uma análise crítica das políticas curriculares no contexto global e no sistema educativo português. In F. C. Silva & C. X. Filha (Org.), *Conhecimentos em disputa na base nacional curricular comum* (pp. 43-54). Campo Grande: Editora Oeste, 2019.
- Rodrigo, L. (Ed.) - *Beatificación Y Canonización Del Siervo De Dios Jerónimo Mariano Usera Y Alarcón (1810 - 1891) Sacerdote Y Fundador De La Congregación De Las Hermanas Del Amor De Dios*. POSITIO Sobre Las Virtudes Y Fama De Santidad, 1995. Disponível em: <https://amordedios.net/images/pdf/Positio.pdf>
- Roldão, M.; Peralta, H.; Martins, I. - *Currículo do Ensino Básico e do Ensino Secundário. Para a construção de Aprendizagens Essenciais baseadas no Perfil dos Alunos*, 2017. Disponível em:

- https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/ae_documento_enquadrador.pdf.
- Sá, C. M. - Flexibilidade curricular e perfil do aluno para o século XXI. Educação e Formação. *Cadernos Didáticos*, (3). UA Editora, 2019.
- Sacristán, J. (2013). O que significa o currículo? In J. Gimeno Sacristán (Org.), *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Penso Editora, 2013, p. 16-35.
- Santos, A.; Leal, J. - *Parecer. Perfil dos alunos para século XXI*. CNE, 2017.
- Santos, A. C.; Leite, C. (2019). Políticas de currículo em Portugal: Concepções e práticas. *Linhas Críticas*, vol. 25, e23562. Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1935/193567256038/193567256038.pdf>
- Silva, A. M. - *A casa dos Van Zeller*. Porto, 2004.
- Silva, J. - *Complexo Metamórfico da Foz do Douro: Contributos Científico – Didáticos*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências da Universidade Do Porto, 2001.
- Soares, L.; Pacheco, E.; Lucas, J. - “Geo” diversidade, cultura e património: uma leitura integrada da paisagem. CEM n.º 4/ *Cultura, Espaço & Memória* nº4, 2013, p. 157-175.
- Soares, L.; Pacheco, E. - Atividades para alunos do Ensino Secundários em torno da ribeira da Granja (Porto): (re)descobrir o património rural em meio urbano. *La reconfiguración del medio rural en la sociedad de la información: nuevos desafíos en la educación geográfica*. Andavira, 2019, p.1425-1438.
- Soares, L. - *A Geografia no currículo do ensino básico e secundário - quadro legal e regulamentar*. [Apresentação de Powerpoint]. Moodle, FLUP, 2021.
- Sousa, I.; Ferreira, E. - As Possibilidades de um Perfil de Aluno/a enquanto Cidadão/ã Criativo/a. *Saber & Educar*, (26), 2019, p.1-13.
- Sousa, M. [et al.] - Passeio Geológico da Foz do Douro: Consciencialização para a Geoconservação, *Revista Eletrónica de Ciências da Terra*, volume 18-nº24; GEOTIC – Sociedade Geológica de Portugal VIII Congresso Nacional de Geologia, 2010. Disponível em: <http://e-terra.geopor.pt>

- Souza, M. L. Z. (2015). D. Miguel da Silva, bispo de Viseu e o seu destacado papel na eclosão de um novo repertório artístico e cultural renascentista em Portugal em meados do século XVI. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, (8), 2015, p.151-173.
- Tavares, J. - Montevideu: um prédio mascarado de palacete. *Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 11(2), 2021, p. 101-122.
- Tavares, R. - Aprendizagem significativa. *Revista Conceitos*, 10(55), 2004, p. 55-60.
- UN (2018). *Guia sobre Desenvolvimento Sustentável*. Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental, 2018.
- Vasconcelos, D.; Rio, F; Dias, J. (2011); A frente marítima do Porto: uma paisagem urbana a salvar e valorizar. *II Encontro CITCEM – O MAR – patrimónios, usos e representações*. FLUP, 2011.
- Vaz, T.B. - *D. Jerónimo Mariano Usera y Alarcón y su obra - un precursor de la pedagogia social*. Tesis Doctoral. Universidad Complutense de Madrid, 1988.
- Vieira, I. – Combater a tuberculose à beira mar: talassoterapia e sanatórios marítimos entre os séculos XIX e XX. *II Encontro do CITCEM: O Mar Patrimónios, Usos e Representações*: Porto, 2011.

Legislação

- Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho. Diário da República n.º 129, Série I, páginas 2928 - 2943
- Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho. Diário da República n.º 129, Série I, páginas 2918 – 2928.
- Despacho n.º 6478/2017 de 26 de julho. Diário da República, n.º 143, Série II.
- Despacho n.º 6944-A/2018 de 19 de julho. Diário da República n.º 138/, 1º Suplemento, Série II, páginas 2 – 2.
- Despacho n.º 8476-A/2018 de 31 de agosto. Diário da República n.º 168, 2º Suplemento, Série II, páginas 14 – 14.
- Portaria n.º 574/2011 de 6 de junho. Diário da República n.º 109/2011, Série II.

Portaria n.º 323/2013 de 6 de março. Diário da República n.º 106/2013, Série II, páginas 17705 – 17706.

Portaria n.º 311/2015 Diário da República n.º 189/2015, Série I de 2015-09-28, páginas 8490 – 8495.

Portaria 181/2019, de 11 de junho. Diário da República n.º 111, Série I, páginas 2954 – 2957.

Anexos

Anexo 1 – Questionário aplicado às turmas do 8º e 9º ano de escolaridade do CNSL



TURISMO BALNEAR | PRAIAS URBANAS

Este questionário, que se insere no quadro de um estudo em curso no contexto do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), tem por objetivo aferir o conhecimento dos inquiridos sobre o litoral do Porto, enquanto recurso de desenvolvimento endógeno associado ao Turismo Balnear, mas de acordo com uma perspetiva que se estende ao património natural e histórico-cultural. Os dados deste estudo são confidenciais e serão utilizados apenas para a investigação em curso.

Agradecemos desde já a sua colaboração e se necessitar contacte-nos: up200401480@edu.letras.up.pt; mpsoares@gmail.com

1. Idade *

Texto de resposta curta

2. Ano de escolaridade *

Texto de resposta curta

3. Género *

☐ Feminino

☐ Masculino

4. Concelho de residência *

Texto de resposta curta

5. Freguesia de residência *

Texto de resposta curta

6. Costuma frequentar a área litoral do Porto? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Por vezes

7. Se respondeu 'sim' ou 'por vezes', com que frequência pratica as seguintes atividades de lazer? *

	Nunca	Raramente	Por vezes	Frequentemente	Muito frequentemente
Apenas passear	☐	☐	☐	☐	☐
Praticar desporto	☐	☐	☐	☐	☐
Usufruir dos bares de praia	☐	☐	☐	☐	☐
Frequentar a praia	☐	☐	☐	☐	☐
Conhecer o património natural e cultural	☐	☐	☐	☐	☐

8. Indique, considerando o mapa apresentado, a(s) praia(s) que conhece melhor *



- ☐ Praia de Matosinhos
- ☐ Praia Internacional
- ☐ Praia do Castelo do Queijo
- ☐ Praia do Homem do Leme
- ☐ Praia do Molhe
- ☐ Praia de Gondarém
- ☐ Praia da Luz
- ☐ Praia dos Ingleses
- ☐ Praia do Ourigo
- ☐ Praia do Carneiro
- ☐ Praia das Pastoras

9. Durante os meses de verão costuma frequentar as praias? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Por vezes

10. Se respondeu 'sim' ou 'por vezes', indique com que frequência *

- ☐ Todos os dias
- ☐ Duas a três vezes por semana
- ☐ Uma vez por semana
- ☐ Outro

11. Se respondeu 'sim' ou 'por vezes' à pergunta nº9, indique a(s) praia(s) que utiliza preferencialmente. *

- ☐ Praia de Matosinhos
- ☐ Praia Internacional
- ☐ Praia do Castelo do Queijo
- ☐ Praia do Homem do Leme
- ☐ Praia do Molhe
- ☐ Praia de Gondarém
- ☐ Praia da Luz
- ☐ Praia dos Ingleses
- ☐ Praia do Ourigo
- ☐ Praia do Carneiro
- ☐ Praia das Pastoras

12. A(s) praia(s) referidas: *

	Sim	Não	Nem sempre
São limpas, sem qualquer tipo de lixo (papelão, embalagem, materiais trazidos pelo mar)	☐	☐	☐
Possuem recipientes de recolha de lixo em bom estado de conservação e regularmente esvaziados	☐	☐	☐
Têm nadador-salvador e equipamento salvavidas em serviço	☐	☐	☐
Os edifícios e os equipamentos na praia encontram-se em boas condições de conservação e com um aspeto limpo e arrumado	☐	☐	☐
Possuem instalações sanitárias acessíveis ao público	☐	☐	☐
Possuem uma fonte de água potável devidamente protegida	☐	☐	☐
Têm um local de primeiros socorros em boas condições de funcionamento	☐	☐	☐
São acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida	☐	☐	☐
Impedem/controlam atividades suscetíveis de incomodar ou pôr em causa a segurança dos utentes (ex: circulação de veículos motorizados, presença de animais...)	☐	☐	☐
Disponibilizam um painel de informação comum, com o código de conduta, qualidade da água, orientações sobre a segurança da praia e calendário de atividades disponibilizadas (ex: desportivas, de educação ambiental...)	☐	☐	☐
Estão geralmente sobrelotadas	☐	☐	☐
Possuem o galardão Bandeira Azul	☐	☐	☐

13. Quando utiliza estas praias, durante os meses de verão, costuma: *

	Nunca	Raramente	Por vezes	Frequentemente	Muito frequentemente
Permanecer durante todo o dia	☐	☐	☐	☐	☐
Permanecer apenas uma parte do dia	☐	☐	☐	☐	☐
Utilizar apenas o areal para 'apanhar' sol	☐	☐	☐	☐	☐
Tomar banho de mar	☐	☐	☐	☐	☐
Comer nos bares de praia	☐	☐	☐	☐	☐
Comer na praia, levando comida e bebida de casa	☐	☐	☐	☐	☐
Alugar uma barraca nos concessionários	☐	☐	☐	☐	☐
Levar um guarda-sol e/ou tapa-vento	☐	☐	☐	☐	☐
Levar apenas uma toalha	☐	☐	☐	☐	☐
Participar nas atividades promovidas	☐	☐	☐	☐	☐

14. Do património natural e histórico cultural existente na Faixa litoral e fluvial das freguesias área envolvente da faixa litoral e fluvial que se desenvolve entre a Praia de Marcosinhos e o viaduto do Cais das Pedras, assinala o que conhece

*

- ☐ Terminal de Cruzeiros
- ☐ Escultura "Tragédia no Mar"
- ☐ "She changes" (Anémone)
- ☐ Sea Life
- ☐ Forte de S. Francisco Xavier
- ☐ Passelo Geológico da Foz do Douro
- ☐ Centro Interpretativo do Passelo Geológico da Foz do Douro
- ☐ Miradouro da Praia do Homem do Leme
- ☐ Molhe de Carreiros
- ☐ Casa Neomanuelina, também conhecida por Casa do Relógio
- ☐ Pérgola da Foz
- ☐ Monumento a Lufa de Camões
- ☐ Farolm de Felgueiras
- ☐ Farolm da Barra do Douro
- ☐ Forte de São João da Foz
- ☐ Capela do Senhor e Senhora da Ajuda
- ☐ Observatório das Aves
- ☐ Antigo sanatório de Tuberculosos da Foz do Douro
- ☐ "Chalet Sulço"
- ☐ Obeliscos de Nicolau Nasoni
- ☐ Chalet da Família Bettencourt
- ☐ Casa Constantino Rodrigues Batalha
- ☐ Igreja Paroquial de São João da Foz do Douro
- ☐ Capela-Farol de São Miguel-o-Anjo
- ☐ Menégrafo da Foz do Douro
- ☐ Cantareira
- ☐ Capela de Nossa Senhora da Lapa
- ☐ Foz da Ribeira da Granja
- ☐ Antigo Quartel da Manutenção Militar
- ☐ Miradouro de Santa Catarina
- ☐ Capela de Santa Catarina e Senhora dos Anjos
- ☐ Museu do Carro Elétrico
- ☐ Antigos Armazéns Frigoríficos de Massarelos
- ☐ Vale da Ribeira da Vilar
- ☐ Igreja Paroquial de Massarelos

15. Assinale o seu grau de concordância/discordância relativamente às seguintes afirmações: *

	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
O património natural tem potencial enquanto recurso endógeno suscetível de potenciar o turismo	☐	☐	☐	☐	☐
O património histórico-cultural tem potencial enquanto recurso endógeno suscetível de potenciar o turismo	☐	☐	☐	☐	☐
O turismo é uma boa forma de promover o desenvolvimento socioeconómico e cultural dos territórios	☐	☐	☐	☐	☐
O turismo deve promover a articulação entre património natural e cultural	☐	☐	☐	☐	☐
As atividades turísticas devem preocupar-se em assegurar a preservação e a valorização do património cultural e natural	☐	☐	☐	☐	☐
Todos devemos contribuir para a promoção sustentável e conservação/preservação dos recursos turísticos existentes na nossa área de residência	☐	☐	☐	☐	☐
Gostava de participar em atividades de conservação/preservação dos recursos turísticos existentes na minha área de residência	☐	☐	☐	☐	☐